

ORGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 45—Série VII—N.º 66
3 de Julho de 1975

Preço: 4\$00
Angola e Moçambique: 9\$50

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

CENTROS

Propriedade do Partido Comunista Português * Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 * Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. * Distribuição - Distribuidora «O SÉCULO»

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E VIGILÂNCIA POPULAR

A Revolução Portuguesa tem enfrentado, até agora, com êxito, todas as tentativas da reacção para retomar o Poder, suprimir os direitos e liberdades tão duramente conquistados pelo nosso Povo, depois do 25 de Abril e para restabelecer no País a ditadura fascista.

Cada uma dessas tentativas se tem saldado por sérias derrotas dos facciosos fascistas, por novos avanços no processo revolucionário e consequentes perdas de posições das forças sociais com que se incubia a contra-revolução e, simultaneamente, por uma definição cada vez mais clara da natureza e dos objectivos da nossa Revolução.

As tentativas reacçãoárias foram sempre precedidas por todo um trabalho conspiratório habilmente concebido. Ao mesmo tempo que um vasto plano de sabotagem económica e financeira foi posto em prática com a cumplicidade dos círculos monopolistas e reacçãoários estrangeiros, que dominavam Portugal sob o fascismo, toda uma acção psicológica foi desenvolvida para intimidar as massas populares e neutralizar os dirigentes revolucionários mais consequentes e esclarecidos. Deteriorar as relações sociais através do desencadeamento de acções reivindicativas irrealistas e artificiais, usando os seus peões da ultra-esquerda, provocar o caos na economia e na sociedade como forma de pôr as massas populares contra o processo revolucionário e na sombra organizar a contra-revolução, preparar e mobilizar as forças conspiratórias para o assalto final ao Poder, foram formas verificadas nas tentativas reacçãoárias de Julho e Setembro de 74 e Março de 75.

Estas tentativas falharam porque a vontade forte do nosso Povo, expressa na aliança combativa do movimento popular com o MFA, constituiu uma muralha invencível contra as arremetidas da reacção; porque, sobre a base de uma correlação de forças favorável aos avanços da Revolução, a iniciativa, a energia e a combatividade das duas componentes do processo revolucionário foram mobilizadas e postas à prova de maneira concludente.

///

A situação actual caracterizada por uma grande ofensiva confusionista e desagregadora dos inimigos da Revolução, alguns dos quais se acobertam sob uma falsa capa de democracia, de liberdade e de socialismo, tem muitos pontos de contacto com as situações que precederam as tentativas de golpes reacçãoários anteriormente julgados.

Uma campanha anticomunista de proporções jamais vistas desencadeada no País e no estrangeiro, por um conjunto de forças serventuárias da burguesia e dos monopólios, ditas de esquerda, apoiada numa formidável onda de falsidades e calúnias contra os comunistas portugueses e outros prestigiados dirigentes da Revolução; um trabalho perverso de deitar chumbo derretido em chagas sociais herdadas do passado, impossíveis de sarar sem uma longa e profunda transformação revolucionária, foi levado a cabo por forças desagregadoras da unidade popular e democrática e por dirigentes responsáveis, claramente corrompidos pelo grande capital português e internacional.

O anticomunismo irmanou numa mesma frente anti-revolucionária, as forças mais conservadoras da sociedade portuguesa e verdadeiros «gangsters» da ultra-esquerda, pela mão divisionista desses falsos dirigentes democráticos.

///

É neste contexto que no decurso dos últimos dias todas estas forças passaram à ofensiva. Há uma estreita relação entre a fuga dos «pídes» da Cadeia de Alcoentre e o desencadeamento de surtos grevistas que ameaçam lançar o País no caos social; entre o caso «República» e o caso da Rádio Renascença; entre o eleitoralismo e o boicote à utilização dos comboios da CP, agora nacionalizada.

Ao liberalismo e à criminoso falta de vigilância que estão por detrás da fuga colectiva de quase uma centena de «pídes», junta-se a incompreensível facilidade com que um grupo de divisionistas dos TLP impõe uma greve contra a vontade da maioria dos trabalhadores deste sector público e suprime as ligações telefónicas de órgãos de Informação, de segurança e de individualidades conhecidas pela sua fidelidade ao processo revolucionário. O próprio ministro dos Transportes e Comunicações que, por ser comunista é o alvo dos ataques dos diversionistas dos TLP, vê o seu telefone cortado.

Que se pretendeu com esta forma de acção? Que está por detrás desta supressão estratégica das ligações telefónicas pelos dirigentes da greve dos TLP?

O aumento das tarifas da CP é uma carga difícil de suportar pelos trabalhadores e a sua revisão pode tornar-se necessária, mas quais são as consequências do boicote organizado pelos sectores ultra-esquerdistas para a debilitada economia nacional e a própria situação dos trabalhadores ferroviários?

Sem uma política de austeridade que atinja, em primeiro lugar, e em proporção com os seus bens e rendimentos os mais ricos, mas que não poderá deixar também de pesar nas condições de vida dos trabalhadores, é impossível superar, à distância, a difícil crise económica do País.

Era interessante saber como se sairiam, hoje, os pescadores de águas turvas da ultra-esquerda e os oportunistas de direita, encapados de social-democratismo, empenhados em lançar os trabalhadores no terreno resvaladigo das reivindicações irrealistas, incontroláveis pela situação económica actual do País, se tivessem que assumir as responsabilidades do Poder. O resultado seria o caos, a ruína e o descalabro da situação das classes trabalhadoras.

///

Nem a correlação de forças actual nem a vontade e consciência da imensa maioria dos trabalhadores da cidade

(Continuação na 6.ª página)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

PROJECTO APRESENTADO À ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Em caderno especial, publicamos nesta edição o texto integral do Projecto de Constituição da República Portuguesa, apresentado à Assembleia Constituinte pelo Partido Comunista Português

VIVA CABO VERDE INDEPENDENTE!

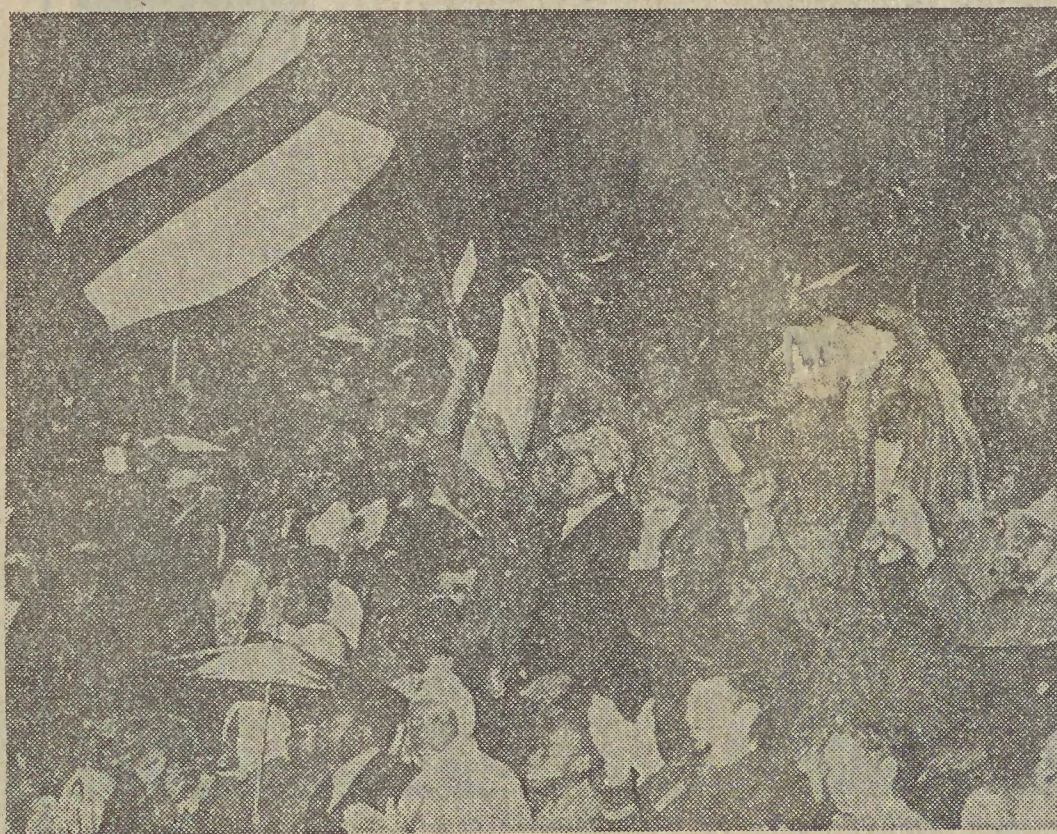
Depois de amanhã será proclamada a independência de Cabo Verde. Realizaram-se há dias as eleições para escolha dos 56 deputados à Assembleia Nacional, a primeira na História do seu povo, cuja função será declarar a independência e elaborar a futura Constituição Política, para além de tomar outras importantes decisões, nomeadamente a forma de unidade entre Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau, a forma de governo da nova República Popular e os direitos e deveres dos cidadãos perante o Estado. A enorme afluência às urnas veio realfirmar a confiança no futuro do povo do arquipélago e o desejo de colaboração — explicitamente preconizada pelo PAIGC — com todos os povos do mundo que lutam contra a exploração, pela construção de uma nova sociedade ao serviço das massas trabalhadoras.

A independência de Cabo Verde é mais uma vitória do povo português e dos órgãos do poder democrático, de todas as forças progressistas, na batalha para extirpar os restos do colonialismo português. É igualmente uma grande vitória do PAIGC, o partido que encabeçou decididamente o processo de libertação da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, reforçando na luta comum contra o colonialismo os laços entre os povos da região, que o fascismo português e os reacçãoários de todos os matizes, mesmo após o 25 de Abril, se esforçaram por romper, em particular entre os emigrantes cabo-verdianos a trabalhar no nosso país.

De entre os processos de independência das antigas colónias portuguesas, o de Cabo Verde tem um significado muito especial. Cabo Verde foi o território que as forças conservadoras se esforçaram por manter em moldes coloniais ou neocoloniais, perseguindo as actividades do PAIGC no seu território, tentando fomentar um clima que isolasse o único real e legítimo movimento de libertação apoiando e fomentando actividades de grupos alheios ao processo de independência e aos interesses do povo de Cabo Verde — a UDC e a UPIC, organizações de facto ligadas a forças reacçãoárias, e exprimindo os seus interesses, a despeito da linguagem esquerdizante da segunda. O caminho da verdadeira libertação de Cabo Verde acompanhou assim, de muito perto (o que aliás se verificou também nos outros países africanos sob dominação colonial portuguesa), o próprio processo de liquidação, em Portugal, dos mais salientes entraves no caminho da revolução. O caminho da independência de Cabo Verde, começou, de uma forma mais determinante, com o 28 de Setembro

No comunicado final da reunião alargada do Conselho Superior de Luta do PAIGC, que se efectuou em Bissau em fins do mês passado, afirma-se: «O acesso do nosso povo de Cabo Verde à plena soberania interna e internacional é o coroamento dos esforços dos melhores filhos da nossa terra que, nas condições duras da luta armada e nas não menos difíceis da luta clandestina, não olharam a sacrifícios para levar avante a realização do alto ideal inspirado ao nosso povo por Amílcar Cabral e consagrado no programa do nosso Partido. Ela vem, igualmente, confirmar a justeza da conclusão da análise feita pelo militante número um e que constitui o fundamento da criação do nosso Partido como organização de luta para a libertação total: a de que a unidade corresponde aos anseios profundos das massas guineenses e cabo-verdianas, e alimentar na seiva da história comum. Ela é a única via capaz de conduzir à realização das legítimas aspirações do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde, à independência verdadeira, à dignidade e ao progresso.»

Hoje, Cabo Verde está no limiar da independência. Ao seu povo coloca-se neste momento a tarefa gigantesca de recuperar uma economia arruinada pela indiferença criminosa do fascismo e pelas secas sucessivas que lhe serviam de argumento. O povo cabo-verdiano vencerá!



Entusiasmo popular e vibração patriótica caracterizaram as grandiosas manifestações que assinalaram a independência de Moçambique. Nasceu um novo país, cujo povo desde já se empenha na construção de uma democracia popular (LER NA PÁG. 3)



Entusiasmo, firmeza e determinação

GRANDE COMÍCIO DO PCP NO CAMPO PEQUENO

UNIDADE POPULAR RUMO AO SOCIALISMO

• O COMÍCIO DE SÁBADO PASSADO MARCA O INÍCIO DE UMA CAMPANHA DE ESCLARECIMENTO POLÍTICO PROMOVIDA PELA DORL

Precisamente um ano após o primeiro grande comício realizado pelo nosso Partido após o 25 de Abril, o recinto do Campo Pequeno foi mais uma vez exigido para albergar os muitos milhares de militantes, simpatizantes e amigos do PCP que, no sábado passado, ali quiseram estar presentes.

O entusiasmo, a firmeza e a determinação populares foram as mesmas de há doze meses. Desde então, porém, muitas e importantes alterações se deram na curta — mas tão rica de experiências e ensinamentos — vida da jovem democracia portuguesa.

Este grande comício, aliás, foi o primeiro de uma série promovida pela Direcção da Organização Regional de Lisboa, verdadeira campanha de esclarecimento destinada a aclarar as posições do

nosso Partido perante o complexo momento político.

As palavras proferidas pelo camarada Álvaro Cunhal no encerramento do comício, que transcrevemos na íntegra, constituem um importante documento político, cuja oportunidade e significado aumentam em face dos acontecimentos dos últimos dias.

Outro ponto alto da sessão foi o discurso do camarada Velga de Oliveira, ministro dos Transportes e Comunicações, tendo em conta também esses mesmos acontecimentos.

O grande comício de sábado constituiu uma inesquecível jornada dos comunistas portugueses. Mas não só: o próprio lema a que ele se subordinou — com o PCP para a unidade popular rumo ao socialismo — ilustra bem o que pretende o Partido Comunista Português, e como quer lá chegar.

A PROPÓSITO DA FUGA DOS PIDES

A REVOLUÇÃO NÃO AVANÇARÁ SEM ESMAGAR OS INIMIGOS!

A fuga de Alcentre de 89 pides chocou profundamente o povo português. Foi sentida como uma derrota pelas forças democráticas e populares. Uma derrota da Revolução. E também como uma vitória, não se pode negar a evidência, alcançada pelas forças da contra-revolução.

No momento em que o MFA e o Governo Provisório dirigem apelos às massas para que suportem duros sacrifícios na luta pela construção de uma sociedade a caminho do socialismo, no momento em que os trabalhadores dos campos e das cidades participam com entusiasmo crescente na batalha da produção, no momento em que se formam em todo o País comissões e assembleias orientadas para a defesa da Revolução, no momento em que o cerco externo ao processo revolucionário se aperta, no momento em que as forças da reacção tentam levantar a cabeça e, reorganizadas, procuram retomar a iniciativa — neste momento em que a vigilância revolucionária é mais do que nunca indispensável, verifica-se que o aparelho de segurança da Nação apresenta gravíssimas deficiências.

O que ocorreu é simplesmente inacreditável. O impossível aparente tornou-se realidade. Em pleno dia, num domingo, 89 criminosos puderam evadir-se tranquilamente da Penitenciária de Alcentre, um presídio definido oficialmente como «a cadeia mais segura da Europa». As circunstâncias em que se desenrolou a fuga demonstraram a ridícula inutilidade dessa propaganda. Mas provaram também que em Alcentre a contra-revolução contava (e conta ainda) com o apoio de uma verdadeira quinta coluna, cujas ramificações se perdem certamente em múltiplos sectores do aparelho de Estado.

Os pormenores já tornados públicos confirmam que só por um acaso fugiram apenas 89 pides. Não fora o tiro providencial disparado por um guarda da GNR, que deu o alarme ao ver um grupo suspeito de homens subindo uma colina, e a estas horas estaríamos lamentando a evasão da totalidade, ou quase, dos 834 pides presos em Alcentre.

Tudo indica que os próprios foragidos ficaram surpreendidos com as facilidades que encontraram. O plano de fuga abrangia um número bem menor de criminosos. Mas tudo foi tão simples que outros se aproveitaram.

É natural. Dir-se-ia que a vigilância mais rudimentar fora suprimida. Num presídio com 110 guardas, os assassinos da ex-Pide puderam, sem que ninguém os «incomodasse», serrar os rebites das persianas metálicas das janelas e um grosso ferro com mais de três centímetros de espessura, fabricar uma longa e sólida escada com as cabeceiras encaixadas das camas, pular um muro, descer por uma corda de «nylon». Ninguém percebeu os preparativos, ninguém ouviu o barulho, ninguém viu a fuga à luz do Sol. Dois dias antes desaparecera uma serra. Ninguém estranhou. Os pides deixaram atrás um coxite com alicates e novelos de fios eléctricos. Quebraram as fechaduras das portas das celas. Ninguém viu, ninguém ouviu. Ninguém sabe como apareceram em Alcentre, nas mãos dos pides, tantas ferramentas. Nos bolsos dos pides recuperados foram encontrados bilhetes de identidade, cartas de condução, navalhais, dinheiro. Um deles tinha uma pistola, outros, dois mil escudos na algibeira. Quem lhes deu esses documentos, actualizados e sem a «profição» verdadeira, quem lhes ofereceu o dinheiro? E os emblemas de certos partidos que uns tantos ostentavam nas lapelas?

Nos dias anteriores, camponeses de Alcentre notaram a presença de gente suspeita na região. Eram muitos os indícios de que se tramava algo inquietante. Mas a vigilância não foi reforçada. Pelo contrário.

Donde vieram o Datsun vermelho e os Volkswagen verdes que, segundo as reportagens publicadas em órgãos de Informação, recolheram vários dos criminosos foragidos?

Por que motivo os pides vinham afirmando com arrogância que fugiriam antes do dia 15? Por que motivo gozavam de pri-

vilégios inadmissíveis? Dia a dia, essa escória humana exigia mais regalias — as regalias que sempre negou aos patriotas que nos tempos do fascismo passaram anos no Tarrafal, nos cárceres de Peniche e de Caxias e noutras enxovias da PIDE. E, por incrível que pareça, os pides de Alcentre viam as suas reivindicações atendidas, comportavam-se como se fossem os donos da Penitenciária.

A indignação popular provocada pela fuga e pelas estranhíssimas circunstâncias em que se verificou não é apenas compreensível. É legítima, é revolucionária. O inquérito, desta vez, não pode perder-se, como outros, nas gavetas da burocracia. A justiça revolucionária já não poderá alcançar uma parte dos criminosos foragidos. Muitos deles talvez tenham já atravessado a fronteira, e não perderão tempo. Tratarão de se juntar a grupos fascistas, como o ELP, na conspiração contra a Revolução Portuguesa. Outros, aparecerão brevemente no Brasil, ao lado de Caetano, Spínola, Tomás & Cia. Pertencem à mesma família política e humana.

O importante, o urgente, agora, para além da captura dos elementos que andam ainda a monte, é a punição dos responsáveis pela fuga, dos cúmplices dos pides, o desmantelamento da rede de conivências existentes dentro e fora da cadeia de Alcentre. Essas cumplicidades só produziram efeito — como salientou o «comité» local de Lisboa do nosso Partido — «porque as entidades responsáveis não tomaram, até hoje, as medidas que se impunham para impedir acontecimentos como estes».

E todo o problema do saneamento do aparelho de Estado que a derrota de Alcentre coloca na ordem do dia. Uma Revolução não se faz com palavras; avança com actos. Nos momentos mais difíceis do processo, o movimento popular de massa e o MFA bararam com decisão o caminho à contra-revolução. Mas é preciso descer às raízes das escaladas reacções. Torna-se cada vez mais urgente que as grandes linhas de acção esboçadas pelo MFA e sistematizadas no comunicado do Conselho da Revolução, em Junho, se traduzam numa política revolucionária consequente. A fuga dos criminosos da ex-Pide não deve ser encarada como facto isolado. Ela confere maior actualidade, a tudo o que temos afirmado a respeito de uma quinta coluna reacção na seio do aparelho de Estado, a todas as denúncias relativas à presença em certos Ministérios de elementos contra-revolucionários, à impunidade com que pasquins regionais continuam a actuar. Há dias, um partido político que assinou a Plataforma de Acordo com o MFA declarou-se da oposição pela palavra do seu secretário-geral. Mas continua a ser tratado como se fora democrático e revolucionário. Trabalhadores de Tomar pediram o encarceramento de três jornalecos locais que usam hoje uma linguagem igual à dos tempos de Salazar. Não mudaram. Eram fascistas e continuam a ser fascistas. Mas por esse País fora, há dezenas de pasquins semelhantes aos de Tomar, que, semanalmente, insultam o povo trabalhador, caluniam o MFA e fazem a apologia da contra-revolução. O conceito de pluralismo, redefinido pelo Conselho da Revolução, é incompatível com desafios desse tipo. Mas são tolerados. Até quando?

Ante a fuga dos caríssimos da ex-Pide, a inquietação e a indignação dos trabalhadores é, repetimos, legítima e revolucionária. O avanço da reacção, a reorganização e a insolência cada vez mais ostensivas das forças contra-revolucionárias têm de encontrar uma resposta firme e imediata. Não se trata apenas de identificar e punir os responsáveis pela fuga de Alcentre. O que está em jogo é todo o desenvolvimento do processo revolucionário.

A advertência do general Vasco Gonçalves não foi esquecida: Revolução ou reacção. O Povo fez a sua escolha. É preciso criar um poder revolucionário para que ela se cumpra historicamente. É preciso agir!

Estatutos da Intersindical

COM A INDEPENDÊNCIA SINDICAL NA DEFESA DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO DA UNIDADE E DO INTERNACIONALISMO

Durante o fascismo, os trabalhadores portugueses souberam sempre desenvolver a acção sindical na base da sua unidade, fazendo dela um poderoso meio de luta contra a exploração capitalista e a opressão fascista. Após o 25 de Abril, os trabalhadores têm mantido essa unidade em torno dos seus sindicatos, sustentando e desenvolvendo a sua luta pela consolidação e avanço do processo revolucionário, refere o preâmbulo dos Estatutos da Intersindical Nacional, aprovados por aclamação no seu plenário de 28 e 29 de Junho findo, e nos quais ficou expresso o princípio da unidade e unidade sindical, reconhecido a par da sua defesa, que exige a participação activa no combate a todas as acções tendentes à divisão dos trabalhadores.

A Independência da Intersindical Nacional face ao patronato, Governo, partidos políticos, instituições religiosas ou a outros agrupamentos de natureza não sindical é outro princípio fundamental consagrado nos Estatutos, sem o qual não se poderá garantir nem a unidade, nem a liberdade, nem a democracia sindical, acrescenta o preâmbulo, referindo ainda outros princípios básicos, como a democracia sindical, ao lado da defesa das liberdades democráticas e dos interesses dos trabalhadores.

A actividade da Intersindical será ainda orientada pelos princípios do internacionalismo proletário, em cooperação com as várias confederações sindicais de outros países e de âmbito internacional, no sentido do fortalecimento constante da solidariedade entre os trabalhadores de todo o Mundo, mas sem prejuízo da sua independência e dos objectivos que defende, designadamente na luta contra o capitalismo, o colonialismo, o racismo e todas as outras formas de exploração desenvolvidas pelo imperialismo.

Identificando-se com o processo revolucionário em curso

no nosso país, a Intersindical Nacional, recentemente institucionalizada como a confederação geral dos trabalhadores portugueses (central única) mediante decreto-lei do Conselho da Revolução e do Governo Provisório, reserva-se o direito de, com total respeito pela sua independência, tomar quaisquer iniciativas, ou aderir a quaisquer apelos que lhe sejam dirigidos, com vista à cooperação com todas as forças verdadeiramente democráticas, no sentido de assegurar o prosseguimento do processo revolucionário para a construção de uma sociedade sem classes, onde acabe a exploração do homem pelo homem.

Além dos Estatutos, foi aprovado também o Regulamento do Congresso dos Sindicatos, a efectuar de 25 a 27 do corrente, e que veio instituir algumas normas consideradas fundamentais para o seu correcto e democrático funcionamento. Numa das propostas aprovadas por aclamação, foi decidido convidar o MFA a fazer-se representar no Congresso.

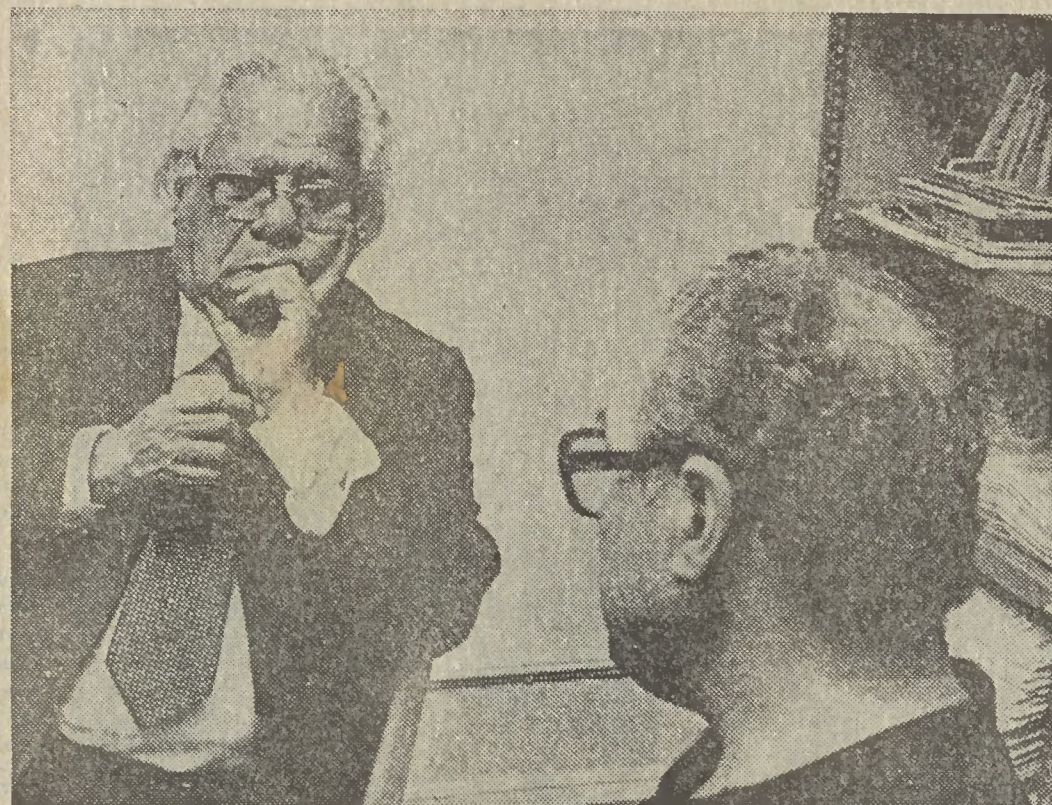
Entre as oito moções e propostas aprovadas no plenário destaca-se a respeitante a mais uma manobra divisionista do jornal «Expresso», de 28 de Junho. Aprovado por longa aclamação, o texto desse documento, depois de se referir a determinada passagem daquele semanário (onde se pretende que a permanência do ministro do Trabalho no Conselho da Revolução terá sido posta em causa pelo próprio Conselho e, ainda, que a actividade deste Ministério terá sido objecto de críticas e do mais vivo debate), acusa o «Expresso» de, com as referidas alegações, que (não apresentam o mínimo fundamento, como resulta dos seus próprios termos), pretender claramente provocar o divisionismo no seio do MFA e atacar o Ministério do Trabalho, que tem desenvolvido uma política concreta em defesa

dos anseios e interesses dos trabalhadores.

Assim, o plenário da Intersindical condena vigorosamente as tentativas do «Expresso» de criar divisionismos no seio do MFA, que posam pôr em causa a aliança Povo-MFA; dá todo o seu apoio à actividade que o ministro do Trabalho tem vindo a desenvolver na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores; e decide dar conhecimento do teor desta moção ao Conselho da Revolução, ao ministro visado e aos órgãos de Informação.

Nos outros documentos aprovados, o plenário dá todo o seu apoio aos médicos progressistas que, dentro do seu

sindicato, lutam para que a medicina em Portugal esteja ao serviço da classe trabalhadora; protesta contra a prisão dos 23 camaradas espanhóis, em El Ferrol, e exige a sua imediata libertação; apela para todos os sindicatos filiados no sentido de se afastar a crise que afecta os tóxicos; lembra a situação preocupante que actualmente se vive no sector do ensino, e apoia todas as medidas tendentes a colocar as escolas ao serviço do povo trabalhador; saudou todo o povo trabalhador de Moçambique pela sua libertação total; e envia ao povo trabalhador de Cabo Verde uma saudação para ser lida em 5 do corrente, dia da sua independência.



O camarada Nicolas Guillén, grande poeta e revolucionário da amiga Cuba, que desde há alguns dias, como noticiámos, se encontra no nosso país, esteve no Centro de Trabalho do nosso Partido, na Av. António Sérgio, onde foi recebido pelas camaradas Joaquim Gomes e Aurélio Santos. Também visitou a redacção do «Avante!», onde se viveram momentos de grande cordialidade e alegre confraternização.

TRABALHADORES DA MOLAFLEX MANOBRADOS PELA REACÇÃO

No passado dia 27, transportados em camionetas, compareceram junto ao Quartel-General do Porto algumas centenas de trabalhadores acedendo a uma convocatória da Comissão de Trabalhadores da Molaflex que, nomeadamente, refere:

Respondendo aos anseios por muitos trabalhadores da Molaflex, a Comissão de Trabalhadores decidiu retomar activamente o caso do sr. Rui Moreira, preso desde há meses.

Vamos em massa ao Quartel-General do Porto exigir a verdade. Os camaradas que queiram associar-se e não tenham transporte comunique-mo ao respectivo chefe de secção.

A propósito dos factos que então tiveram lugar, afirmava um documento, distribuído no dia seguinte, do Quartel-General do Porto:

Cerca das 10 horas, o chefe do Estado-Maior deste Quartel-General foi informado por dois porta-vozes dos manifestantes de que o objectivo da manifestação era inquirir a verdade sobre a detenção de Rui Moreira e exprimir a preocupação quanto ao futuro da empresa ameaçada, segundo eles, pela mesma detenção. O chefe do Estado-Maior comunicou, então, aos mesmos, que qualquer comissão de trabalhadores seria recebida pelo comandante da Região Militar, desde que não trouxesse atrás de si, como forma de pressão, uma manifestação com intuídos manifestamente contra-revolucionários.

Como os manifestantes se mantivessem à porta do Quartel-General por volta das 16 horas, foi lido um comunicado do Comando desta Região Militar, onde se repetia a informação já publicamente difundida em conferência de Imprensa e transmitida em todos os órgãos de comunicação social, da implicação do detido Rui Moreira no caso ELP, assim como informava que o Conselho da Revolução hoje mesmo se debruçaria sobre a situação na empresa e determinaria as medidas a tomar. Apesar disto, os manifestantes continuaram no local, gritando palavras de ordem demonstrando não aceitar o que lhes fora transmitido.

Perante estes factos, para além de outras conclusões que oportunamente se tirarão, o Quartel-General observou: Mobilizaram-se os trabalhadores para virem ao Quartel-General da Região Militar do Norte «exigir a verdade», quando a implicação do conspirador Rui Moreira no caso ELP, já foi publicamente anunciada.

Logo após a detenção de Rui Moreira, a Comissão de Trabalhadores contactou este Quartel-General da 5.ª Divisão do EM-GFA, para sabermos as razões da detenção, tendo sido prestada a informação pretendida. Até esta data a Comissão de Trabalhadores não mais contactou este Quartel-General, só o fazendo hoje e com o objectivo de «exigir a verdade» e acompanhada de centenas de trabalhadores...

A Comissão de Trabalhadores no seu comunicado-convocatória, mostra mais interesse no «caso do sr. Rui Moreira» do que na solução, em termos revolucionários, do futuro da empresa.

De onde se conclui que os trabalhadores da empresa presente na manifestação sem sentido e com objectivos evidentes, foram manipulados por forças aparentemente ocultas que, para os aproveitarem para os seus expedientes contra-revolucionários, se-meiavam entre os trabalhadores a mentira, o boato e até a ameaça de desemprego.

Sente este Comando, por isso, o dever de informar categoricamente da sua determinação em não permitir manobras provocatórias deste ou de qualquer outro teor, que mais não visam que minar o processo revolucionário em curso, estando disposto a reprimir, com maior firmeza, os manipuladores dos trabalhadores.

Desta forma, perigando a sobrevivência da empresa e os subsequentes postos de trabalho, com medidas imediatas, o Conselho da Revolução, através do comandante da Região Militar do Norte, determina:

— Imediato congelamento de bens e das contas-correntes dos administradores da empresa e seus familiares.

— Inquérito aos últimos acontecimentos, por forma a detectar os verdadeiros responsáveis.

— Inquérito à situação económica e financeira da empresa Molaflex, com vista a averiguar se se justifica a intervenção do Estado no caso, de modo a garantir todos os postos de trabalho existentes.

A terminar, o Comando da Região Militar faz questão de frisar que só não foi exercida até agora qualquer acção de força contra os manifestantes por se entender que os mesmos foram instrumento irresponsável das maquinacões orquestradas de quem, na sombra, se permite conspirar contra a Revolução.

A reacção será impotente perante uma actuação firme

A cuidadosa organização desta manifestação, evidente em todo o seu desenrolar, na presença de cerca de 30 a 40 «gorilas» que orientavam as palavras de ordem, e recorriam da intimidação e oferta de bebidas, comidas e até de dinheiro para impedir a dispersão dos manifestantes, demonstra que este movimento se enquadra numa ofensiva generalizada da reacção; procura atrair para o seu campo, por todos os meios, camadas pouco esclarecidas da população. O modo como foram violentamente reprimidos os democratas que procuraram esclarecer os trabalhadores acerca do logro em

que embarcavam ao defender um elemento confessadamente reacçãoário, o «aproveitamento» de que foi alvo a manifestação por parte de elementos do grupelho do MRPP que nela se infiltraram protestando contra «as más condições dos antifascistas presos», solidarizando-se assim com o fascista Rui Moreira, são alguns dos factos que comprovam bem qual os intentos desta movimentação que não se trata de um acontecimento isolado pois preparam-se criminosos processos idênticos na região nortenha. Impõe-se pois, uma atitude firme por parte do MFA e do Conselho da Revolução no sentido de fazer morrer à nascença acontecimentos paralelos. Para tal uma severa actuação relativamente aos «gorilas» detidos assume um significado exemplar.

E de registar o facto de 300 trabalhadores da Molaflex não terem aderido à manifestação, permanecendo na empresa em S. João da Madeira. A célula do nosso Partido, imediatamente após a convocação da manifestação, em comunicado aos trabalhadores, denunciou o carácter reacçãoário deste projecto:

Após ter criado um clima emocional junto do pessoal, com boatos alarmistas sobre as condições prisionais do sr. Rui Moreira, a reacção servindo-se dos trabalhadores, mais não procura com esta manifestação contra-revolucionária, dentro do horário normal de laboração, com facto de trabalho, com transporte assegurado à boa maneira de Salazar e Caetano do que lançar a contra o processo revolucionário. A célula da Molaflex do PCP alerta todos os camaradas de trabalho, a opinião pública para o carácter e os objectivos de tão sinistra manifestação. Exorta os trabalhadores da Molaflex a denunciarem o seu carácter, impedindo que esta se realize, a procederem a um rigoroso inquérito sobre quem está e o que está por detrás da sua organização, inclusive para a cobertura que lhe foi feita pela Comissão de Trabalhadores.

Em comunicado da Direcção da Organização Regional do Norte do nosso Partido,

em que se refere a contra-manifestação que se seguiu à provocação reacçãoária a que foram conduzidos os trabalhadores da Molaflex, na qual foi vibrantemente demonstrado o apoio ao MFA e o repúdio ao ELP, associando-se aquela manobra reacçãoária a outras desencadeadas no Norte do país ultimamente, salientando-se:

A amplitude desta campanha reacçãoária exige, para poder ser vencida, uma resposta firme, em vários planos. Por um lado, impõe-se que todos os revolucionários e progressistas unam os seus esforços numa vasta campanha de esclarecimento e mobilização popular para as grandes tarefas actuais do processo revolucionário. A este respeito, a DORN do PCP, apela a todas as forças democráticas e revolucionárias, ao PS e ao MES, à ESP e outros, para que se venham juntar aos comunistas no combate unitário contra as actividades da reacção. Por outro lado, urge intensificar a vigilância popular contra as actividades conspiratórias e desenvolver as organizações de massas capazes de mobilizar rapidamente o povo para a defesa da Revolução. Por outro lado ainda, compete às autoridades proteger dos ataques da reacção as forças empenhadas em levar por diante o processo revolucionário e castigar severamente os conspiradores.

A reacção será impotente perante uma actuação firme e solidária do povo e das Forças Armadas, do movimento popular de massas e do MFA.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

Promovida pela célula do nosso Partido na Ameixoeira, realiza-se no próximo dia 10, quinta-feira, uma sessão de esclarecimento no Clube Recreativo Ameixoeirense, pelas 21 e 30. Entretanto, também a célula do PCP do Lumiar promove uma sessão de esclarecimento no dia 12, sábado, pelas 21 horas, na Academia do Lumiar.

NASCE UM NOVO PAÍS

No dia 5 de Julho, Cabo Verde tornar-se-á um país independente. Uma nova realidade nascerá, para a África e para o Mundo, nas dez ilhas que formam o arquipélago.

A 30 de Junho, o povo cabo-verdiano foi às urnas para eleger, pela primeira vez na sua história, a Assembleia Nacional, que proclamará a independência. Não se pode dizer que a escolha tenha sido difícil nestas eleições — pois além da opressão colonialista, o povo cabo-verdiano só conheceu uma força, de prestígio incontestável, que esteve sempre na vanguarda da luta pela libertação e independência — o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

As eleições constituíram uma nova manifestação de apoio e de confiança do povo cabo-verdiano no seu Partido, o Partido criado e forjado pelo grande revolucionário que foi Amílcar Cabral. Apoio à linha do Partido, que, sob a palavra de ordem «Unidade e Luta», uniu, organizou e mobilizou o povo de Cabo Verde e da Guiné, mostrando aos filhos de Cabo Verde e aos filhos da Guiné a identidade da sua condição social, política e cultural e apontando o caminho comum, na luta contra o colonialismo português. Confiança na capacidade do Partido para a condução dos destinos do país, para o encontrar de soluções que permitam vencer as graves dificuldades em que se debate, actualmente, a economia nacional. Confiança no realismo político dos dirigentes do PAIGC que souberam analisar as condições históricas concretas da luta dos povos da Guiné e Cabo Verde e projectar internacionalmente o eco dessa luta, conquistando para ela a simpatia e solidariedade de toda a opinião progressista mundial. Cabo Verde foi até agora quase que o «arquipélago da morte». Nos últimos 50 anos, morreu mais gente de fome do que aquela que habita actualmente as ilhas. A população mantém-se praticamente a mesma desde há 75 anos, e isto a despeito de um alto índice de natalidade. Durante muito tempo, a idade média dos cabo-verdianos foi de 30 anos, e hoje as condições não mudaram muito.

Os colonialistas primeiro, os colonialistas fascistas depois, atribuíram sempre este estado de coisas às grandes secas que devastavam o território. Mas, se é verdade que a fome era ocasionada pelas secas, era-o, acima de tudo, pela política de desprezo a que os fascistas e colonialistas devotaram o arquipélago.

As riquezas potenciais do arquipélago (nomeadamente quanto às pescas) e o seu enorme valor estratégico explicam o encarniçamento com que os imperialistas e colonialistas tentaram manter o seu domínio sobre Cabo Verde. Um dos objectivos da ofensiva imperialista e colonialista foi tentar separar a luta do povo cabo-verdiano da luta do povo guineense, cuja união, estamos certos, será em breve uma realidade. Mesmo depois de iniciado o processo de descolonização, ainda o ex-general Spínola, ao serviço do neocolonialismo e do imperialismo, fazia conluios com Nixon para abafar a justa luta do povo cabo-verdiano pela independência e as suas aspirações de união com o povo da Guiné-Bissau. Foi a luta conjunta do povo de Cabo Verde e da Guiné-Bissau com a luta do povo português que, também neste caso, permitiu deitar por terra as últimas manobras do colonialismo e da reacção.

No próximo dia 5 de Julho, Cabo Verde tornar-se-á um país independente. Uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo seu secretário-geral, teve há pouco a alegria de assistir às cerimónias da independência da República Popular de Moçambique. A proclamação da República Popular de Cabo Verde constitui um novo e importante passo para a prossecução, com êxito, do processo de descolonização, no qual estão empenhadas as forças progressistas portuguesas, em estreita aliança com o Movimento das Forças Armadas.

Solidário no passado com a luta do povo de Cabo Verde e com o PAIGC, o Partido Comunista Português saúda com alegria e entusiasmo a proclamação da nova República. Os comunistas portugueses estão certos de que o povo cabo-verdiano, sob a direcção do PAIGC, iniciará com êxito esta nova fase da sua história, ultrapassando as grandes dificuldades que se opõem à construção nacional e concretizará as perspectivas de um futuro de progresso social.

SÉRGIO VILARIGUES

MOÇAMBIQUE COMEÇOU A CONSTRUIR UMA DEMOCRACIA POPULAR

A derrocada do regime colonial português, velho de quinhentos anos, no Índico, desencadearia festa, alegria irreprimível ou vertigem, angústia de «salto no desconhecido», como pretendiam alguns? Mas «salto no desconhecido» para quem? Para os explorados ou para aqueles que, durante anos, beneficiários e agentes, viveram protegidos pela sombra da opressão colonial? Significaria o 25 de Junho, unicamente o acesso nominal de Moçambique à independência política ou veríamos um povo que, através dos seus órgãos políticos e militares, forjados em dura luta, tomava, decididamente, em mãos o seu próprio destino? Que surpresas abria Moçambique na História de África? Que revelações traria no contexto da correlação mundial de forças?

Em 22 horas, hora de Moçambique, quando o avião governamental português espreitava hesitante sob o tecto de nuvens baixas e surpreendeu ao fundo no solo a cobra do rio Incomati, deslizando comprida nos seus anéis, antes de se engolfar nas águas do Oceano Índico. E quando, a força de travões, o Boeing se imobilizou na pista de Mavalane, a terra era vermelha, pisada por soldados negros de farda verde e azul, o ar estremecia sacudido pelos metais da banda militar e pelas salvas de canhões. Canhões das campanhas de Mouzinho davam as boas-vindas ao primeiro-ministro do Estado até há pouco colonizador. Não era só a libertação de Moçambique que os canhões apregoavam com pólvora. Saudavam também fraternalmente a luta e as vitórias do Povo Português em marcha pela sua libertação. Anunciavam a vitória próxima e irresistível de toda a África negra; Angola, Zimbábue, Namíbia, Tanzânia.

A cidade é verde, verde e cinza. Verde de palmeiras, de mangas, de colinas relvadas, onde se erguem os arranha-céus como frutos de casca. Verde, cinza e tortado o canino. A cinza é a da terra.

Cafés e esplanadas, outrora santuário do branco, regurgitam agora com uma multidão garrula, colorida e calma. Há uma voz que improvise um solo que logo a multidão responde entoando o coro ritmado com palmas. — Itchimé (viva) Moçambique!

Por toda a parte, bandeiras — verde, vermelho, preto, amarelo — brilham nas árvores, desçam em grandes painéis, pendendo do alto das casas, saudando a FRELIMO, guia e baluarte do Povo Moçambicano. Para sentir esta cidade, só gravando as impressões a bandas de som e de cor. Som das palmas, das saudações, dos risos, da dança, dos cânticos. Cor das capulanas, dos lenços estampados, das bandeiras, dos rostos de cobre, dos olhos, do riso.

Com Moçambique

no Estádio da Machava

O ponto zero, o nascimento oficial de Moçambique estava marcado para as zero horas



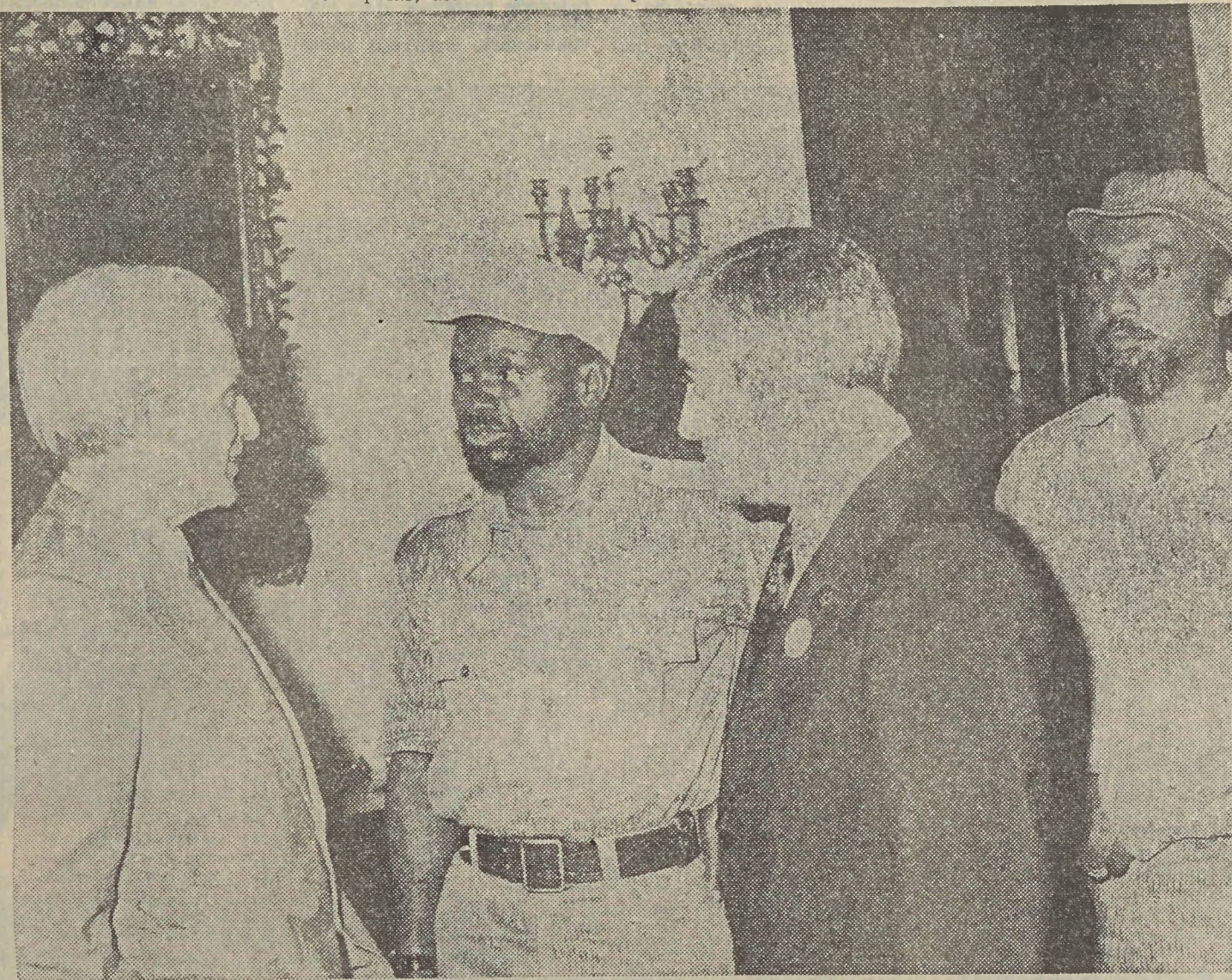
Um aspecto do desfile popular

no Estádio da Machava. Chuva africana colava-se ao mastro, demorava a descer. Subiu depois a bandeira de Moçambique com um brado imenso, salvas de canhões, balas tracejantes. A cada disparo das peças, um bradar onde as vozes de milhares de timbres se confundiam com as palmas, os assobios, os gri-

nas masmorras fascistas (dez dos quais no Tarrafal), preso e torturado pela FNLA, poeta. — A festa da FRELIMO e de Moçambique é também a nossa!

Tantas notas divergentes e harmónicas na alegria africana!

Lágrimas de felicidade nas faces de raparigas negras, europeias, asiáticas. Quantos



O camarada Álvaro Cunhal, Samora Machel, e general Otelo Saraiva de Carvalho e Marcelino dos Santos trocando impressões

— E a nossa! — Onde a revolução se ganha, aí é a nossa festa!

A consciência de classe, a consciência revolucionária, irmana os homens em todos os continentes. No comportamento dos camaradas do MPLA podia sentir-se a emoção que percorria os representantes dos movimentos de libertação.

Pesada da chuva, a bandeira

mortos tinham ficado na terra, manchando o Índico para que a bandeira da FRELIMO subisse triunfante na noite de Machava.

Também a essa hora, em suas casas, presos ao rádio, alguns brancos choravam. Sobre o mito destruído do império pluricontinental, choravam talvez o engano das suas próprias vidas. Nalguns olhos lia-se a apreensão: o aparelho de Estado caíra das mãos dos exploradores para as mãos dos explorados. Por trás da construção mitológica do falecido império pluricontinental, tinham medrado impune os multinacionais: Sena Sugar (States, British South Africa, Campdec, Diamoc, Mozambique Amoco Oil Company, Société Minière, Bethlehem Steel Corporation, Namapa Iron Mines, Codauto, Firestone, Bullosa, etc).

Entretanto, o camarada Samora Machel proclamava as linhas programáticas da jovem República Popular:

«Nascida do combate libertador pela independência nacional, a República Popular de Moçambique é profundamente solidária dos movimentos de libertação nacional e faz do internacionalismo militante uma constante fundamental da sua política nacional e internacional (...). A República Popular de Moçambique tem como aliados naturais os países socialistas que constituem a zona libertada da Humanidade, os jovens Estados, nomeadamente africanos, empenhados com o movimento de libertação nacional numa das principais frentes de combate anti-imperialista, as forças democráticas e progressistas, as massas trabalhadoras de toda a Humanidade.»

Nascia mais um Estado africano, o quarto Estado de língua portuguesa, nascia uma República Popular. Ouviam-se canções africanas. Canções portuguesas também: de manhã o «Avante, Camarada!», as «Heróicas», de Fernando Lopes Graça. Na noite cortada por balas tracejantes, gente abraçada corria à chuva, enquanto a rádio transmitia a constituição do novo país:

«A República Popular de Moçambique é um Estado de democracia popular, em que todas as camadas patrióticas se engajam no construção de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem. Na República Popular de Moçambique, o Poder pertence aos operários e camponeses, unidos e dirigidos

o povo moçambicano: assassínio do camarada Eduardo Mondlane, fundador da FRELIMO; massacres de Wiriyamu, João, Chowole, Inhnamanga. Mas a luta prossegue im-

Do nosso enviado especial ANTÓNIO BORGES COELHO

placável: de Maio a Setembro de 1970, derrota da operação «Nô-Górdio», conduzida pelo fascista Kaula de Arriaga; em Novembro desse ano, é o alargamento das operações militares a sul do Zambeze; em Junho de 1972, a abertura da frente de Manica e Sofala. Eduardo Mondlane e Joshua Machel simbolizam, com

lismo e povo português proramam as aclamações tributadas a Vasco Gonçalves, Primeiro-Ministro do Governo português e membro do Conselho da Revolução; prova-

ram-no também as próprias palavras do presidente:

«Ao saudar as forças progressistas não poderíamos deixar de saudar o povo português, nosso aliado de sempre no combate contra o colonialismo, a quem nos unem laços de fraterna solidariedade forjados na ajuda mútua e na contribuição recíproca no combate pela libertação dos dois povos (...). Porque a nossa luta nunca assumiu um carácter racial, porque o nosso povo sempre soube distinguir o regime colonial-fascista do Povo Português, nós podemos hoje sem complexos de qualquer tipo estender a nossa mão amiga ao povo português para que, sem ódio ou sentimento de vingança, juntos construamos um futuro de amizade baseado no respeito mútuo e no respeito da personalidade de cada povo.»

A chuva só aliviou à tarde, com o desfile popular e militar. Uma multidão imensa alinhava-se ao longo da Avenida do Brasil, de trágica memória, onde se erguia o estrado presidencial. Povo sentado. As dezenas e dezenas de milhares de cabeças pareciam nascer da terra moçada.

«Salve Tani (Tanzânia)! Salve Zâmbia, nossas bases!» Abriam o desfile, alegres e garridos nos seus fatos vermelhos, os Continuadores ou Pioneiros. Seguiam-se organizações femininas, militantes. E o rio humano prosseguia com tractores, «bulldozers», carros, alegóricos. A fechar, vinham as forças de libertação. Era todo o povo trabalhador de Moçambique que desfilaria ante a tribuna presidencial, teatralizando o trabalho e o quotidiano.

«Trabalho é um acto de libertação!»

«Unidade, Trabalho, Vigilância!»

Plantações de algodão, do milho, da cana. Operários da construção civil, das minas, das fábricas, da pesca. Cenas de guerra, de prisão, de prostituição. O caixão negro de Wiriyamu.

«O que mais me surpreende — exclamava ao lado uma voz brasileira — é a integração natural e entusiasta dos brancos nas fileiras da FRELIMO.»

Ainda «lhes» deixamos muita coisa

Horizonte sem nuvens em Moçambique? Samora Machel

moçambicano e não abandonará a presa sem luta.

«Não tenho nada contra a FRELIMO. Controlaram uma situação difícil. Mas não perdoo ao nosso Exército. Venderam-nos como servos da glória em Lusaka, sem ao menos termos ouvido.»

Tratava-se de um saudista dos episódios da ocupação, do Rádio Clube. Não se queixava da FRELIMO. Dizia-lhe era ver que a direcção política da economia lhe escapava das mãos.

Um outro, orgulhoso, com as máquinas que desfilarão na festa, disse:

«Ainda «lhes» deixamos muita coisa. E mais deixaríamos se Lisboa tivesse autorizado as construções.»

Muitos ainda dizem «eles», «nós». Com longos anos de permanência, não consegui-



Samora Machel na cerimónia de independência

ram identificar-se com o povo moçambicano, embora declarem Moçambique a sua terra. Comportam-se como emigrantes económicos. O que é preciso é encontrar a árvore das patacas e trazer um pouco de riqueza para digerir na velhice. Esse plano... mas quantos cadáveres para alguns poderem arrancar o tesouro da terra.

«Os melhores são os velhos colonos e os rapazes que aqui nasceram. Vivo cá há dez anos — acrescenta outro — e Moçambique é já a minha terra. Sinto-me completamente integrado na revolução moçambicana!»

Não era uma voz, eram milhares. Ouvimo-las no desfile popular, entusiastas, felizes, determinadas: povo moçambicano, carne da nossa carne, nosso orgulho.

Especialmente para o Partido Comunista Português

No banquete de gala, com a chuva torrencial a martelar a cidade, o presidente Samora Machel afirmou:

«Com emoção saudamos a presença dos portugueses e a presença daqueles que, na clareza da luta antifascista clandestina e nos campos da morte, lado a lado conosco, constituíram a aliança entre os nossos povos e que hoje em Portugal edificam a liberdade. Ao dizermos isto, queremos referir-nos especialmente ao Partido Comunista Português, aqui representado pelo camarada Álvaro Cunhal.»

Seguiu-se uma longa ovação — minutos com mãos quentes do Terceiro Mundo, da África, da Europa e da Ásia, cadenciadas, saudando as camaradas Alvaro e Sérgio Vilarigues todo o nosso Partido, Partido de lutadores, Partido de revolucionários. Com os seus quase 800 mil

COMÍCIO DE SOLIDARIEDADE NO PORTO

Milhares de pessoas saudaram, no Pavilhão dos Desportos do Porto, a independência de Moçambique e a vitória do povo moçambicano sobre o colonialismo. Uma grande bandeira com as cores da FRELIMO (verde, vermelho, preto e amarelo) servia de fundo ao palco, onde se sentaram, em representação do MFA, o brigadeiro Corvacho, comandante da Região Militar e membro do Conselho da Revolução, o tenente-coronel Tomás Ferreira, chefe do Estado-Maior da Região Militar do Norte e o capitão Gonçalves, além de representantes do Conselho Português para a Paz e Cooperação (Irene Castro, Nuno Teixeira Neves e Luís Humberto), do MPLA, do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Anti-colonial) e da Associação de Amizade Portugal-Moçambique, promotora do comício-festa.

Um trio composto por refugiados políticos chilenos, Júlia Babo e um coro de simpatizantes do PAIGC actuaram antes e depois do comício, interpretando canções revolucionárias.

Cassiano Abreu Lima falou em nome da Associação de Amizade Portugal-Moçambique. Situou a luta dos povos português e moçambicano contra o inimigo comum, o imperialismo.

Usaram ainda da palavra um representante do MPLA e do CIDAC. Por fim, o brigadeiro Eurico Corvacho saudou a independência de Moçambique como um acontecimento que torna mais liberto e mais rica a comunidade das nações e como uma meta importante das forças revolucionárias moçambicanas e portuguesas na luta contra o fascismo e o colonialismo.

Frisou o brigadeiro Corvacho como a luta de libertação dos povos das colónias nunca foi dirigida contra o Povo Português mas contra o fascismo, a semelhança da luta dos antifascistas portugueses para cuja vitória muito decisivamente contribuiu.

Durante a sessão, foram lidas diversas mensagens de solidariedade, entre elas do nosso Partido.

pela FRELIMO, e é exercido pelos órgãos do Poder Popular.»

Frelimo, guia do Povo Moçambicano

Samora Machel, no seu discurso, demarcou o contexto em que se insere a vitória do povo moçambicano: «Liquidação do nazismo, criação do campo socialista, vitória da China, derrota dos exér-

as suas vidas, a ténpera dos revolucionários e combatentes moçambicanos. Do próprio Samora, disse Marcelino dos Santos: «E um militante forjado e temperado no duro processo da guerra popular de libertação, formado no combate político e armado, na luta de classe.»

Nascidos do povo, é com o povo das bases, das aldeias, do canico e das cidades que os dirigentes da FRELIMO



Negros e brancos moçambicanos expressam a sua alegria

çitos coloniais na Indochina, insurreição argelina, emancipação dos povos africanos e asiáticos.» Este tempo social-político e militar desenhava uma nova correlação de forças que permite hoje a qualquer povo, para lá dos insucessos momentâneos, a possibilidade de traçar o rumo do seu próprio destino.

Dessa gesta heróica de vida e morte cresce o esforço colectivo que conduziu à vitória. O povo moçambicano, como o povo do Vietname, colhem agora os frutos da luta de toda uma geração. Dezenas de milhares de vidas regaram com sangue as bandeiras da FRELIMO e da Moçambique. No largo fronteiro ao edifício da Câmara, espalhava-se a multidão como cachos humanos pingando das árvores. Da varanda do palácio, o presidente afirmava:

«O colonialismo é árvore ruim; é erva daninha que ainda não extirpámos; é a sanguessuga que continua a sugar o nosso sangue, a enraquecer a nossa resistência, a nossa capacidade, a nossa inteligência. É jibóia que se procura vestir hoje da pele da mesma vítima que ontem engolira.»

Feroz repressão abater-se-á depois sobre o movimento e

dialogam, aprendem, educam, organizam.

O Povo Português aliado e amigo do Povo Moçambicano

A chuva caíra torrencialmente durante todo o dia da independência. De manhã, decorreu a cerimónia de investidura do primeiro presidente da República Popular de Moçambique, camarada Samora Machel. No local onde ainda há pouco se erguia insolente a estátua de Mouzinho, drapejavam, agora, bandeiras da FRELIMO e da Moçambique. No largo fronteiro ao edifício da Câmara, espalhava-se a multidão como cachos humanos pingando das árvores. Da varanda do palácio, o presidente afirmava:

«O colonialismo é árvore ruim; é erva daninha que ainda não extirpámos; é a sanguessuga que continua a sugar o nosso sangue, a enraquecer a nossa resistência, a nossa capacidade, a nossa inteligência. É jibóia que se procura vestir hoje da pele da mesma vítima que ontem engolira.»

Mas que o povo moçambicano sabia distinguir colonia-

falou em situação económica catastrófica. Por outro lado, as multinacionais continuam implantadas em território



No desfile, a recordação das prisões coloniais



A longa luta de libertação também não foi esquecida no cortejo alegórico

COM O PCP PELA UNIDADE POPULAR RUMO AO SOCIALISMO

Para nós, comunistas, o poder popular não cai do céu, não se reivindica, mas conquista-se através do trabalho árduo, persistente, revolucionário, afirmou Herculano de Carvalho, membro da Comissão Concelhia de Oeiras do PCP e ex-candidato a deputado pelo círculo de Lisboa, durante o comício que o nosso Partido realizou, no sábado passado, no Campo Pequeno.

Num recinto completamente cheio, onde as centenas de bandeiras vermelhas do nosso Partido ganhavam um colorido especial em virtude da iluminação, realizou-se no sábado à noite o primeiro comício do Partido Comunista Português depois do período eleitoral, fazendo precisamente um ano que naquele mesmo local e de baixo de chuva se efectuou o primeiro dos gigantescos comícios do PCP em Lisboa. Aliás, como salientou o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política e do Comité Central do nosso Partido, que presidiu ao comício, a pausa destes dois meses, relativamente ao fim da campanha eleitoral, pareceu necessária à Direcção da Organização Regional de Lisboa, depois do grande esforço exigido pela campanha, quer às organizações e quadros do PCP, quer aos seus simpatizantes e amigos, aos trabalhadores e às massas populares que atenta e dedicadamente acompanharam a nossa actividade, frisando, contudo, que aquele comício daria início a uma nova campanha de esclarecimento em todo o distrito de Lisboa.

Como já vem sendo habitual, o entusiasmo e a participação popular manifestaram-se amplamente e a multidão, que fez ecoar por toda a praça Assim se vê a força do PC, tinha consciência da sua determinação para o desenvolvimento e consolidação do processo revolucionário, que não assenta em formas eleitoristas, mas na unidade da classe operária e dos trabalhadores, na unidade das forças democráticas, na unidade de todas as forças revolucionárias. Foi este o lema que presidiu o comício: Com o PCP para a unidade popular rumo ao socialismo.

Aplausos à FRELIMO

Na mesa da presidência estavam presentes vários membros do Comité Central do nosso Partido, nomeadamente Octávio Pato, Sérgio Vilagines, Carlos Costa, Domingos Abrantes, George Ferreira, Pires Jorge, José Magro, Francisco Miguel, Jaime Serra, Aurélio Santos, Raimundo Narciso e Alda Nogueira, e foram oradores Herculano de Carvalho, Veiga de Oliveira, militante do PCP e ministro dos Transportes e Comunicações, Vítor Silva, operário da Mague, membro da comissão concelhia de Vila Franca de Xira do PCP e ex-

candidato a deputado pelo círculo de Lisboa, e Alvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido e ministro sem pasta do Governo Provisório, cuja importante intervenção publicamos noutro local.

O discurso do camarada Alvaro Cunhal foi várias vezes interrompido pela assistência, que sublinhava certas passagens gritando palavras de ordem como: Socialismo sim, vigarice não, quando o orador declarou que os comunistas portugueses querem as liberdades, o que não querem são os monopólios e os agrários, levando-o depois a comentar, perante a reacção da assistência: Se bem compreendo, depois do que gritais, socialismo é sem os monopólios e os agrários. Vigarice é com os monopólios e os agrários.

Quando, mais adiante, se referiu à recente proclamação da independência da República Popular de Moçambique, posição que desde sempre fora defendida pelo PCP, os milhares de pessoas presentes aplaudiram ritmadamente, durante cerca de oito minutos, ao mesmo tempo que em uníssono se gritavam vivas à FRELIMO e a Samora Machel e, ainda, a palavra de ordem da nova nação africana: A luta continua. Esta manifestação de apoio ao povo moçambicano e à sua vanguarda revolucionária — a FRELIMO — constituiu um dos aspectos mais impressionantes do comício.

O problema das autarquias

O primeiro orador da noite foi Herculano de Carvalho, que se debruçou especialmente sobre a situação das autarquias locais do distrito de Lisboa, referindo todos os problemas que se lhes deparam e as iniciativas que é preciso tomar para que os interesses dos habitantes sejam respeitados. E acrescentou:

A experiência demonstra que as autarquias fazem parte de um aparelho que não se adapta à sociedade revolucionária que queremos construir. Seria um grave erro pegar nas velhas estruturas da velha administração local, como nos chegaram do estado fascista, e pensar que as democratizamos apenas porque as fizemos eleger pelo sufrágio directo e secreto. Esta é a proposta dos eleitoralistas, mas não é esta a solução revolucionária.

São necessárias estruturas de administração local onde as massas populares estejam efectivamente representadas e nas quais participem, viva e activamente, não só na discussão e resolução dos problemas que lhes estão mais próximos, mas em todos os problemas da vida nacional.

Tem-se vindo a verificar na região de Lisboa a existência de certas posições irreais tendentes a liquidar, pura e simplesmente, as autarquias, tal qual existem, e a substituí-las já completamente pelas estruturas novas que estão a nascer.

Por outro lado, há os que combatem as novas formas de organização do movimento popular de massas que, cada vez mais, desempenhará papel importante no processo revolucionário. Em relação a estes, ainda há poucos dias declarações de elementos responsáveis mostraram a sua falta de visão política e a sua incapacidade em entender a

dinâmica do processo revolucionário ao defenderem a consagração de processos tradicionais de administração. Aqueles que defendem o eleitoralismo e que desejam liquidar todas e quaisquer novas formas de administração local e poder popular, mas não fazem do que, consciente ou inconscientemente, travar a Revolução Portuguesa. Esta não se compadecerá com tais posições profundamente ultrapassadas.

Avançar para estruturas revolucionárias

E, mais adiante: É preciso avançar para estruturas revolucionárias de administração local, nas quais a grande energia combativa

das massas populares possa encontrar os veículos para a sua completa expansão e poder criativo.

As organizações revolucionárias, as massas populares, têm revelado consciência de tal necessidade ao avançarem na criação de comissões de moradores e outras organizações unitárias de base, ao avançarem para formas de coordenação entre comissões de moradores da mesma zona, criando conselhos de mora-

da reacção mais rapidamente repercutem, levando facilmente à paralisação de um país, o camarada Veiga de Oliveira recordou que a muitos parecerá estranho que ao Partido Comunista tenha cabido justamente a responsabilidade daquela pasta, já que é naquele sector que existem algumas das mais pesadas heranças do fascismo, onde a situação se mantinha à custa da exploração desenfreada dos trabalhadores des-

com actos de sabotagem económica e violência de toda a espécie nos TLP e nos CTT, exigências desmedidas nos portos, etc.

Quando há dificuldades políticas logo os grupos esquerdistas de todas as cores se atiram ao trabalho de paralisar o sector com os mais variados pretextos.

E que, camaradas, com uma cajadada matam-se dois coelhos: ataca-se o processo revolucionário num elo parti-

Para ajudar o processo revolucionário?

Para ganhar os trabalhadores para a recuperação dos meios de produção que a todos pertencem e que só os trabalhadores podem defender?

Não, camaradas, os objectivos são claros — atacar o ministro comunista e por seu intermédio o nosso Partido, fazer anticomunismo, e, por essa via, atacar o processo revolucionário, o MFA

se refugia em guarda-chuvas alheios.

Nós, comunistas, não procedemos assim. Dizemos o que temos a dizer com os olhos nos olhos e nunca recuamos as nossas responsabilidades.

Então, porque aumentar as tarifas?

Porque, camaradas, para além da decisão do Conselho de Ministros, que de facto existe desde o ano passado, há só duas maneiras de fazer circular os comboios para continuar a transportar os que deles se utilizam:

— ou tarifas baixas, que não reflectem os custos e produzem grandes «deficit» de exploração, pagos depois através dos impostos por todos os trabalhadores e, sobretudo, por aqueles que quase não usam os comboios e, neste momento, por exemplo, aceitam desbravar terras no Alentejo por metade do salário mínimo;

— ou tarifas mais próximas dos custos, que distribuem melhor o peso, de forma a que aqueles que se utilizam dos comboios paguem um pouco mais do que os restantes trabalhadores que deles não fazem uso.

Esta razão é tanto mais certa quando ainda há muitos que se utilizam, por exemplo, da linha do Estoril ou do rápido para o Porto e, ou são gente que ganha bem ou nem sequer são trabalhado-

A unidade da classe trabalhadora foi o assunto tratado essencialmente pelo operário da Mague, Vítor Silva, salientando a dada altura que os trabalhadores verdadeiramente interessados no avanço do processo revolucionário consideram que a batalha da produção é decisiva para a vitória do socialismo em Portugal e que para a vitória da batalha da produção é indispensável o «controlo» operário através de comissões de «controlo» especificamente criadas para este efeito. E acrescentou:

Só através de comissões de «controlo» operário, que deverão ter acesso a todos os livros de contas da empresa, os trabalhadores poderão controlar as compras, todo o processo de produção, as vendas, as condições em que são feitas, etc.

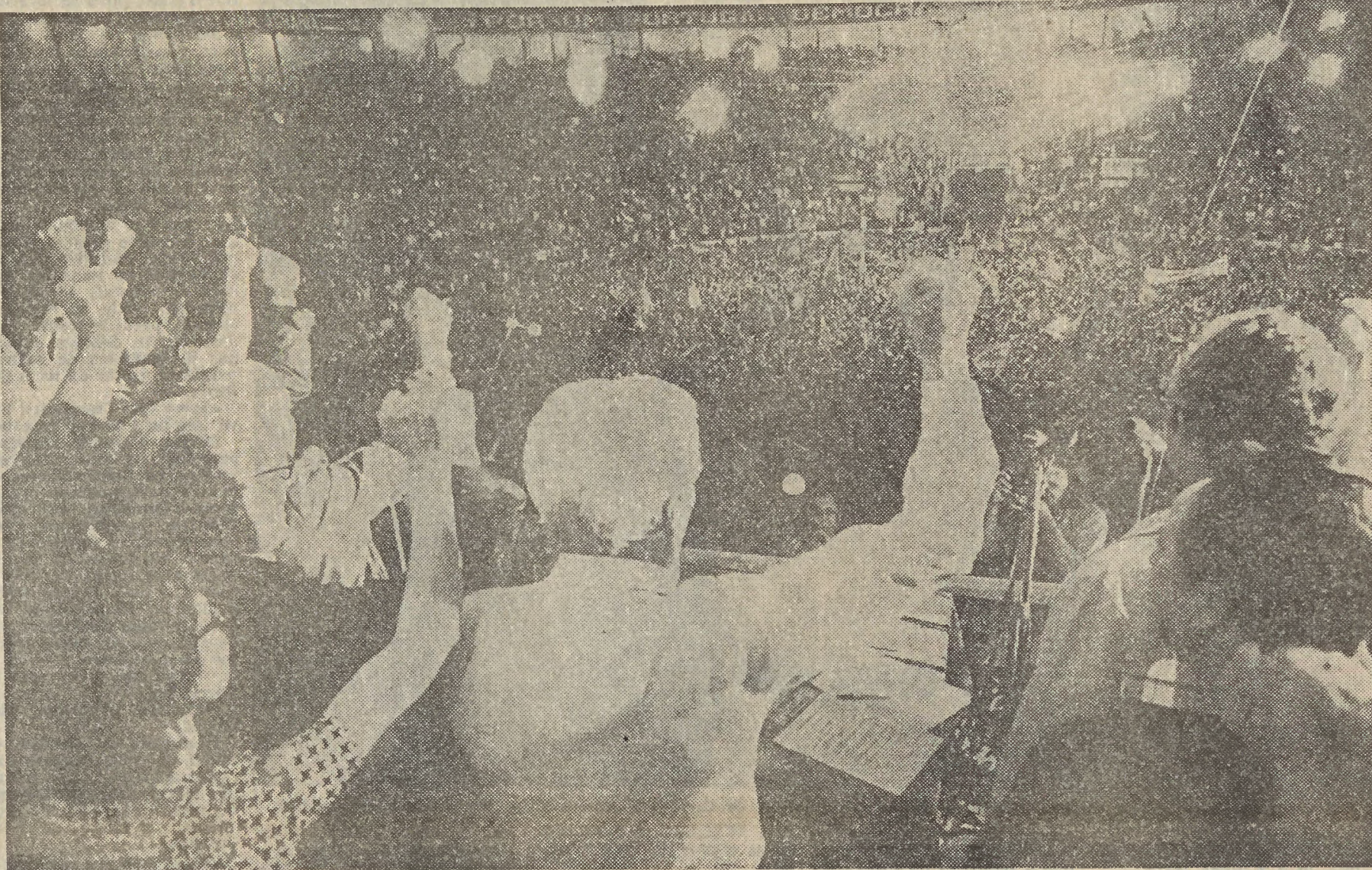
A vigilância dos trabalhadores contra todas as tentativas de sabotagem económica, venham elas de onde vierem, é outra tarefa em que temos de actuar unidos, com decisão e energia.

O êxito de todas estas tarefas, a vitória da batalha da produção, exige que, mais do que nunca, nós, trabalhadores, nos unamos nas empresas e nos sindicatos.

É necessário criar comissões de trabalhadores em todas as empresas, comissões estas que não substituem as estruturas sindicais existentes, antes as completam na grande tarefa de unir os trabalhadores na luta pelos seus objectivos políticos, económicos e sociais. Divididos nada conseguiremos. Unidos somos uma força invencível. A unidade foi e é a base da nossa vitória.

E terminou afirmando que só a reacção pode estar interessada na divisão das classes trabalhadoras, impedindo-as assim de caminharem para a sociedade socialista, única forma de acabar com a exploração, o desemprego e a miséria.

Com este comício se iniciou uma nova campanha de esclarecimento por parte do nosso Partido, pois, como afirmou o camarada Carlos Brito, no início, o grande avanço do processo revolucionário de que o próprio Plano de Acção Política do Conselho da Revolução é uma manifestação e os desesperados esforços de todos os meios reaccionários e de direita para travarem a marcha para o socialismo e deteriorar o clima político, criam uma situação complexa, face à qual o PCP entende dever esclarecer as suas posições e propostas.



Um aspecto do Campo Pequeno durante o comício ali efectuado pelo nosso Partido

te sector, enquadrado por uma burocracia corrupta, votada a sacrificar os interesses das massas trabalhadoras, os interesses nacionais, aos interesses dos superlucros dos monopólios. Em resumo, a responsabilidade de um sector que envolve mais de 100 000 trabalhadores directos e mais de 300 000 indirectos. E afirmou:

Não vos revelo nenhum segredo se vos disser que nos coube a nós aquilo que talvez ninguém tenha tido a coragem de aceitar.

O povo diz que nos momentos difíceis é que se conhecem os homens. Neste caso, poderemos bem dizer que nas situações nacionais difíceis é que se conhecem os Partidos.

E que, camaradas, só um Partido como o nosso tem a coragem política suficiente, está suficientemente empenhado no desenvolvimento do processo revolucionário, está suficientemente decidido a apoiar sem hesitações ou tibiezas o MFA e o Conselho da Revolução, para ser capaz de assumir as responsabilidades do verdadeiro Partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

A importância das comunicações

Na sua intervenção, o camarada Veiga de Oliveira começou por salientar que das várias frentes da batalha, aquela em que a reacção mais força faz é provavelmente a económica, onde os capitalistas não investem e organizam a fuga de capitais para o estrangeiro, referindo, contudo, que a força revolucionária reside na unidade das massas trabalhadoras e na aliança do Povo com o MFA, e na participação organizada, activa e consciente de centenas de milhares de trabalhadores contra a sabotagem económica, pelo «controlo» da produção e na vigilância revolucionária. Como exemplo, citou a Reforma Agrária, afirmando:

Sem a ampla participação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores que do norte ao sul do País se uniram e organizaram em reuniões, encontros regionais, conferências regionais e nacionais, nas quais debateram amplamente os problemas da terra e apontaram as soluções, provavelmente ainda estaríamos a elaborar projectos de decreto-lei desligados da vida e por isso incapazes de resolver os problemas reais.

Debruçando-se em seguida sobre o sector dos Transportes e Comunicações, de que destacou a importância política, social e económica, frisando a experiência do Chile, pois é este o elo da cadeia económica onde os ataques

cularmente sensível e redobrada se o ataque fazendo anticomunismo. Anticomunismo que é e continuará a ser, no terreno político, a principal e mais perigosa arma da reacção.

Para o efeito, tudo serve: a chantagem e a intimidação de honestos trabalhadores, as escutas telefónicas, as mentiras mais nojentas e descaradas, as calúnias mais abjectas.

Atacar o processo revolucionário

Referiu, como exemplo, o problema dos CTT, onde, quando assumiu a responsabilidade do ministério, logo lhe foi apresentado pela administração uma proposta de reclassificação, a que opôs duas objecções fundamentais: tinha sido elaborada de costas para os trabalhadores e, por isso mesmo, não podia ser analisada pelo Governo sem que estes a debatessem. Explicando depois que a certa altura o sindicato resolveu apresentar uma proposta de aumentos salariais, a que a administração, obedecendo ao projecto de contenção dos aumentos, explicou que, embora acima dos limites fixados, mas em face das promessas anteriores, haveria cerca de 450 000 contos para os aumentos dos CTT e que esses aumentos deveriam ser distribuídos pelos próprios trabalhadores, desde que não fossem aumentados os que já ganham 12 ou mais contos e que ninguém ficasse abaixo dos 4000\$00. Relativamente ao processo que se desenrolou, o camarada Veiga de Oliveira afirmou:

Mentiu-se, caluniou-se, enganaram-se os trabalhadores e pode perguntar-se: com que fim?

Para conseguir melhorar a situação dos trabalhadores dos CTT?

O sector ideal para os ataques da reacção

Recordando que depois do 15 de Abril deste ano foram nacionalizados os caminhos-de-ferro, as grandes companhias de transportes marítimos, a TAP e as dezenas de grandes empresas rodoviárias, acrescentou:

O sector dos Transportes e Comunicações é o terreno ideal para os ataques da reacção. Quando há dificuldades políticas logo surgem as perturbações nos TAP, ameaças dos rodoviários, greves de zelo na marinha mercante, paralisações no «metro», manobras de grupos de pressão

e o Conselho Superior da Revolução.

E pode dizer-se que em parte conseguiram os seus objectivos porque, como afirmou o nosso camarada Alvaro Cunhal no julgamento do tribunal fascista, «Quem engana encontra sempre quem se deixe enganar», e da mentira mais descarada fica sempre alguma coisa.

O aumento das tarifas

Voltando a referir-se às nacionalizações, que não passaram de papéis e de planos nascidos mortos sem a participação activa e criadora dos trabalhadores do sector, pois se estes não defenderem as nacionalizações ninguém as poderá defender em termos de poderem ser aproveitadas para o desenvolvimento do processo revolucionário, o nosso camarada abordou a questão do aumento de tarifas, declarando:

Ninguém gosta de ouvir falar em aumentos, é natural. As dificuldades económicas que os trabalhadores têm de enfrentar todos os dias são muitas e em bastantes casos ultrapassam os limites suportáveis.

Então, porque aumentar as tarifas? Vejamos um exemplo — a CP.

Bem, camaradas, devo lembrar que, mal se ouviu falar de aumentos, os ataques ao comunista ministro dos Transportes logo começaram a escalar. Eu poderia começar a justificar-me dizendo que os aumentos foram decididos o ano passado pelo Conselho de Ministros, que eu me limitei a assinar por dever de ofício os diplomas que fixam os aumentos, etc., etc.

Não, camaradas, nem seria honesto, nem mereceria a honra de ser membro do nosso Partido se o fizesse. Há por aí muita gente que ao mais pequeno aguaceiro



Com o PCP, na unidade, para construir um Portugal novo

AS EDIÇÕES «AVANTE!» NA FEIRA DO LIVRO

DIA	LIVRO DO DIA	SUGESTÃO «AVANTE!»
QUINTA-FEIRA — 3/7	OBRAS DE SOEIRO PEREIRA GO-MES 60\$00	RELATÓRIO AO VI CONGRESSO 30\$00
SEXTA-FEIRA — 4/7	DOCUMENTOS 65/74 72\$00	COLEÇÃO PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO 35\$00
SÁBADO — 5/7	ATÉ AMANHÃ CAMARADAS 60\$00	COMUNISTAS E CATÓLICOS ... 16\$00
DOMINGO — 6/7	7.º CONGRESSO 60\$00	A INFÂNCIA DE LENINE 25\$00
SEGUNDA-FEIRA — 7/7	DISCURSOS POLÍTICOS 60\$00	O PCP E A REFORMA AGRÁRIA 30\$00
TERÇA-FEIRA — 8/7	A DEFESA ACUSA 30\$00	ASSIM FOI TEMPERADO O AÇO 60\$00

ÁLVARO CUNHAL NO CAMPO PEQUENO

«A UNIDADE DO MFA, A UNIDADE DO MOVIMENTO POPULAR O REFORÇO DA ALIANÇA POVO-MFA LEVAR-NOS-ÃO À VITÓRIA»

Camaradas:

A revolução portuguesa tem-se desenvolvido num processo irregular e acidentado. Passaram-se dificuldades, crises e perigos.

Em 25 de Abril, os inimigos da revolução asseguravam curta vida ao novo Portugal democrático. Enganavam-se. Até hoje, o movimento popular e o Movimento das Forças Armadas, em estreita aliança, estiveram em condições de repelir as tentativas contra-revolucionárias, de vencer no essencial as resistências e de fazer avançar o processo revolucionário.

Há muito quem diga que a revolução atravessa actualmente nova crise. E, ante o mar de boatos provocatórios, há quem se sinta preocupado e inquieto quanto ao futuro.

As pessoas que se interrogam é necessário dizer que as forças da democracia e do socialismo em Portugal são poderosas e estão em condições de continuar a cortar o passo à reacção e de encaminhar Portugal para os elevados objectivos da revolução portuguesa: liberdade, democracia, independência, paz e socialismo.

Talvez nenhuma outra afirmação do nosso Partido tenha tido tão grande repercussão como aquela em que afirmámos que em Portugal não haverá uma democracia burguesa de tipo ocidental.

As forças reacçãoárias internas e externas deformaram grosseiramente esta afirmação gritando: «Os comunistas dizem não querer as liberdades.»

O futuro político de Portugal

Uma coisa não é assim.

As democracias burguesas da Europa ocidental são formas de organização do Estado da burguesia monopolista que, apoiando-se nesse Estado, mantêm a exploração das classes trabalhadoras.

As democracias burguesas tem dois traços fundamentais: nelas existem liberdades, ainda que muito condicionadas, mas existe também o poder económico e mesmo o poder político dos monopólios e dos grandes senhores da terra.

Nós, os comunistas portugueses, queremos as liberdades. O que não queremos são os monopólios e os agrários. E não apenas nós. Todas as forças da revolução portuguesa apontam, não para o capitalismo, mas para o socialismo.

É a opção socialista que provoca a campanha das forças reacçãoárias e conservadoras internas e externas contra a revolução portuguesa.

Elas dizem que o seu pretexto, as suas pressões e as suas ameaças resultam do facto de em Portugal as liberdades estarem ameaçadas. A razão é porém outra. Se atacam a revolução portuguesa não é porque em Portugal estejam ameaçadas as liberdades, mas porque está ameaçado o capitalismo.

O PCP, como sempre tem insistido, luta por um regime em que existam as mais amplas liberdades, incluindo a liberdade de Imprensa, a liberdade de formação e actividade dos partidos políticos e a liberdade religiosa.

Não se trata apenas de declarações formais. Na actividade prática o PCP sempre confirmou, confirma e continuará a confirmar a sua orientação política.

Quando da tentativa do golpe de Palma Carlos, quando do 28 de Setembro, quando dos preparativos do 11 de Março, enquanto formações e dirigentes que se dizem democráticos cooperaram, ajudaram ou estimularam, de uma maneira ou de outra, os contra-revolucionários, o PCP, à frente da classe operária e das massas populares, em cooperação com outras formações progressistas e em estreita aliança com o MFA, fez frente com decisão à ofensiva reacçãoária e mostrou de cada vez a sua dedicação na luta em defesa das liberdades.

Hoje, por esse país fora, não é o PCP que lança campanhas de intolerância, de segregação política, de intimidação, de retaliações contra as forças e os militantes progressistas. Não é o PCP que impede com provocações, agressões e desordens, o exercício do direito de reunião e de expressão de pensamento. Quem o faz são as forças reacçãoárias, acompanhados e mesmo ultimamente ultrapassados por certos partidos que, gritando que as liberdades estão ameaçadas, efectivamente e na prática as ameaçam.

Certas forças políticas portuguesas e a reacção internacional fazem grande alarido em torno do caso «República», querendo mostrar que ele significa precisamente a liquidação das liberdades.

No quadro da revolução portuguesa, a luta dos trabalhadores da «República», não só tem na sua base um conflito de trabalho, como se insere na luta dos trabalhadores portugueses, não contra a liberdade, mas precisamente pela liberdade de Imprensa. Foram fundamentalmente as lutas dos trabalhadores que levaram à liqui-

nação de diversos ideológicos e da contra-revolução, é típico dos métodos fascistas do anticomunismo, digno das páginas, não de um jornal que se diz democrático, mas do «Diário da Manhã» ou da «Época» de outros tempos. Falso de ponta a ponta, não suja no fim de contas o PCP nem os partidos comunistas. Suja sim, as páginas da própria «República» — jornal que, embora não isento de falhas, tinha uma velha tradição antifascista.

Não é a melhor forma de servir o ideal da liberdade mentir e caluniar com plena consciência em nome da defesa da liberdade de expressão. Desta vez não deixaremos passar em claro mais esta calúnia.

Provavelmente levaremos o caso para os tribunais e exigiremos a condenação dos caluniadores, por utilizarem a liberdade de expressão para cometerem crimes classificados. Será altura também de os tribunais se afirmarem como independentes e como órgãos de justiça do novo Portugal democrático.

A grande campanha que se desenvolve contra Portugal não tem pois por razões as ameaças para as liberdades. Essas ameaças não existem. Para nossa alegria, Portugal é hoje, na Europa Ocidental, o País onde existem mais amplas liberdades. A razão da campanha é outra. A grande razão é que o novo Portugal democrático abriu

de o formar: entrar-se-ia a breve trecho num impasse pondo em risco a própria revolução.

A ofensiva reacçãoária é muito ampla. A feroz campanha anticomunista, juntam-se as tentativas da reacção nos vários sectores da batalha política e económica, a organização e a inspiração de greves extemporâneas, o estímulo à desorganização da vida económica. Na ofensiva participam, agora abertamente (ao passo que até agora o faziam encapotados) não apenas as forças reacçãoárias, mas também forças que por um lado dizem estar com o processo e que acirram por muito tempo não se dá como no estrangeiro a campanha contra o novo Portugal democrático.

A questão que se põe é a seguinte: ou os partidos da coligação resolvem finalmente cooperar, não apenas ao nível do Governo, mas também ao nível das massas — e nesse caso poderá prosseguir, apesar das contradições e do grave contencioso existente, um Governo de coligação. Ou isso não se consegue e o Governo de coligação não poderá subsistir longo tempo.

Antes das eleições, os partidos políticos assinaram um pacto com o MFA, que determina os termos políticos da coligação. Entre outras coisas determina que os poderes da Assembleia Constituinte se limitem a elaborar a Constituição e que o resultado das eleições não

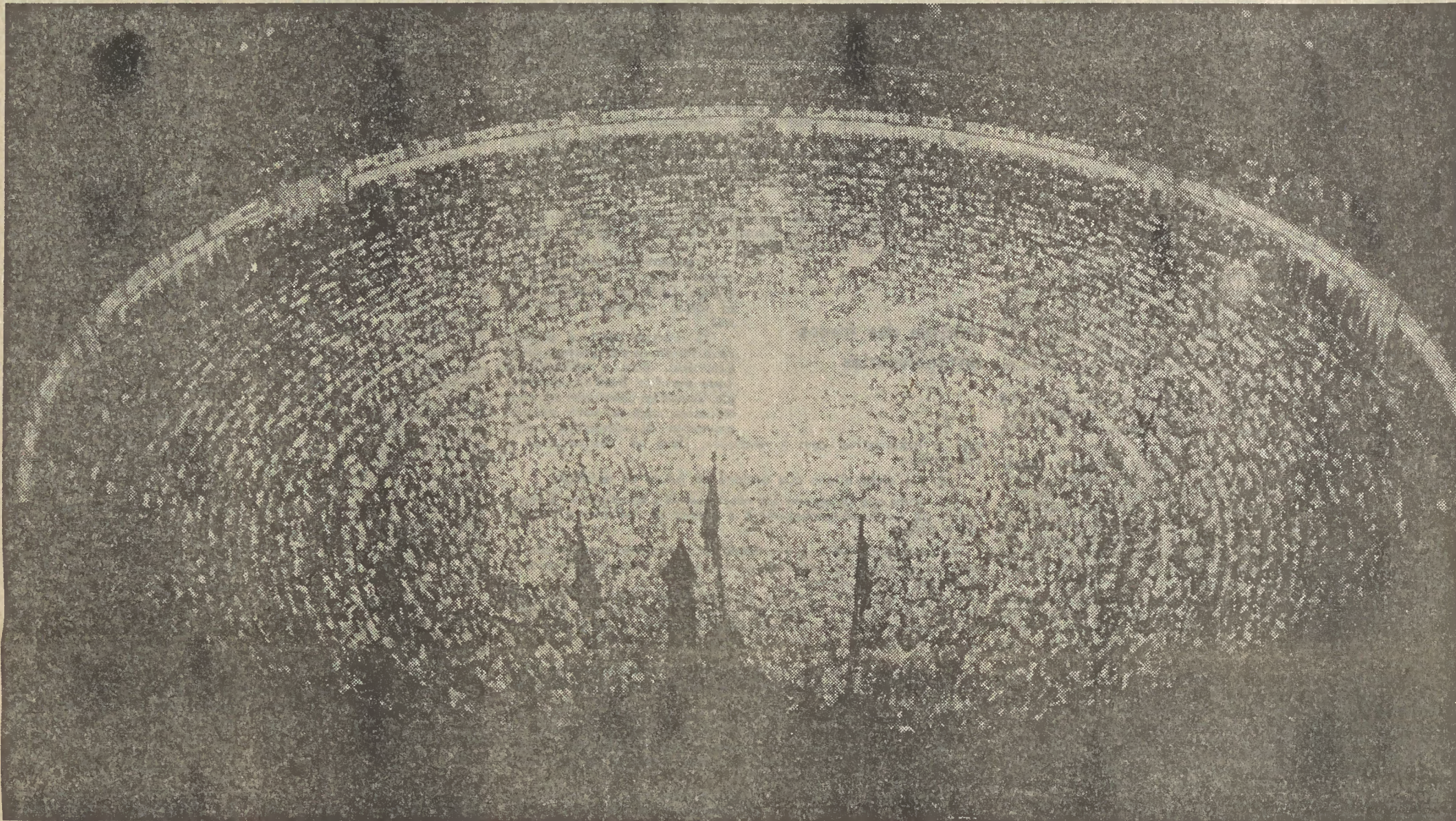
Nas condições actuais, a nada conduzirá um Governo de coligação sem o PCP. A alternativa ao Governo de coligação actual não é a formação de um Governo de coligação sem os comunistas, mas de um Governo talvez sem nenhuma representação partidária, talvez com nova estrutura, em que não é certo ser o PS favorecido.

Os membros do PS e de outros partidos devem reflectir seriamente nesta situação. Se o PS prossegue a mesma política, violando o pacto e fazendo guerra interna e externa às forças progressistas, a coligação não poderá durar longo tempo e o PS arcará com uma parte fundamental da responsabilidade das consequências.

Mantemos as propostas feitas na Nota da Comissão Política do dia 22 no sentido da suspensão da polémica e do exame conjunto das possibilidades de cooperação tanto ao nível da direcção central como em todos os sectores de actividade. O PCP já deu unilateralmente essa indicação aos seus militantes. Defendemos a acção comum a todos os níveis porque o que nos interessa acima de tudo é a sorte da Revolução portuguesa.

O momento está chegando em que terá de esclarecer-se de vez quem está pela Revolução e quem está contra ela.

Confiamos em que a Revolução marchará avante e que serão irremediavelmente ultrapassados pelos acontecimentos aqueles que se



fogo contra o grande capital e escolheu o caminho do socialismo.

A reacção e o imperialismo não se conformam com a ideia de que no extremo ocidental da Europa, de uma Europa ocidental que se julgava um bastião intocável do capitalismo, do capitalismo que em Portugal era protegido internamente por uma ditadura fascista e externamente por outras ditaduras e por regimes de democracia burguesa, um pequeno povo livre do fascismo, começa construindo um regime democrático, se lança à tarefa da destruição e liquidação dos monopólios e dos latifúndios e decide abrir caminho para a construção de uma sociedade socialista, onde seja extinta a exploração do homem pelo homem.

Por muito que desagrado às forças reacçãoárias e conservadoras, internas e externas, essa escolha está feita e, se soubermos defender a nossa democracia da contra-revolução, o processo que conduz ao socialismo, embora irregular, será irreversível.

A ouvir o que dizem para aí os partidos políticos poder-se-ia acreditar que afinal não existem divergências a este respeito, pois todos proclamam querer o socialismo. Não só o PS, como o PPD e até o CDS dizem querer o socialismo.

O povo português não quer porém um pseudo-socialismo, que, com esta palavra, mantenha, encubra e reforce o poder do grande capital e a exploração dos trabalhadores.

Com a social-democracia Portugal não só não teria socialismo como em breve seriam liquidadas as liberdades por uma ditadura de direita. Com a social-democracia acabaríamos por não ter nem socialismo nem liberdades.

Rejeitando o projecto político da social-democracia a revolução portuguesa propõe-se construir um Portugal novo em que haja simultaneamente liberdades e socialismo.

É um ambicioso projecto político. Mas as forças revolucionárias portuguesas têm mostrado possuir poder, capacidade e determinação para realizá-lo. Se a aliança movimento popular-MFA mantiver firme nas mãos a roda do leme da Revolução, se a reacção não obrigar, pela sua conspiração e a sua actividade aventureirista, a medidas mais drásticas de defesa da revolução, o povo português continuará num regime de amplas liberdades, levará a cabo as profundas transformações económicas e sociais já iniciadas e caminhará unido e confiante para o socialismo.

Para que uma revolução seja realizada com sucesso não basta um programa revolucionário. É necessário um poder revolucionário capaz de pôr em prática esse programa.

Desde o 25 de Abril, várias vezes a contra-revolução passou ao ataque. A firmeza do MFA e a acção popular de massas permitiram ultrapassar com êxito essas crises, derrotando as forças da reacção.

De cada vez, em correspondência com o desenvolvimento programático, souberam encontrar-se soluções relativas ao poder político que asseguraram o progressivo desenvolvimento do processo.

Assim foi em Julho de 1974 com o afastamento de Palma Carlos, Sá Carneiro e outros, o fim de um governo exclusivamente civil e a entrada do MFA no Governo Provisório.

Assim foi após o 28 de Setembro com o afastamento de Spínola e de generais da Junta e de elementos reacçãoários no Governo.

Assim foi após o 11 de Março com a criação do Conselho da Revolução e a formação de uma equipa governamental mais dinâmica e progressista.

Agora também a situação exige pelo menos um exame do problema do poder e um pronto esclarecimento da situação e das perspectivas.

Um dos problemas centrais da revolução portuguesa no momento actual é a questão da formação e estruturação de um poder político em condições de realizar o programa definido. Temos um programa revolucionário cujas grandes linhas foram novamente confirmadas no «Plano de Acção Política» recentemente aprovado pelo Conselho da Revolução. Necessitamos de um poder revolucionário que o aplique.

Foram já tomadas uma série de medidas revolucionárias de grande alcance, como as nacionalizações da banca, dos seguros, da siderurgia, dos cimentos, dos petróleos, de transportes, assim como as primeiras medidas para a reforma agrária.

Mas, para que estas medidas sejam efectivamente levadas à prática, para que o processo prossiga, é necessário um poder político menos contraditório, mais unido, mais identificado na sua totalidade com o programa e mais empenhado na sua realização.

Têm as forças revolucionárias capacidade para formar um tal poder? A revolução prosseguirá vitoriosamente. Se não fossem capazes

influencia a composição do Governo. Foi nessa base que tiveram lugar as eleições e os votos que cada partido obteve não se podem desligar da assinatura desse pacto.

Não se pode aceitar que, mal terminadas as eleições, logo alguns partidos comessem a contestar o Pacto, a atacar o MFA e o processo revolucionário, a querer converter a Assembleia Constituinte num instrumento de ataque ao MFA, intervindo na política diária e inflando na composição do Governo.

Nós opomo-nos firmemente a tais manobras e na própria Assembleia chamámos a atenção para a responsabilidade de quem as tem fomentado.

A grande campanha reacçãoária nacional e internacional mostra ter entre os seus principais objectivos dividir o MFA, eliminar os seus elementos mais progressistas e afastar o PCP do Governo Provisório.

As forças reacçãoárias e conservadoras procuram assim modificar o sistema de poder, afastando ou eliminando as forças revolucionárias.

Tais posições e actividades são perigosas para a revolução, mas é bom que compreendam que são também perigosas e seriamente perigosas para elas próprias.

Para que o Governo de coligação possa prosseguir impõe-se um pronto reexame da situação e da sua política pelos partidos, que declarando estar com o processo revolucionário, de facto se estão opondo a este.

Uma coisa é certa. Para que o Governo de coligação não se torne inviável a curto prazo, é indispensável que os partidos participantes cooperem, não só ao nível do Governo, mas ao nível da acção política das massas.

Não se pode aceitar que certos partidos aproveitem leis no Governo e depois cá fora organizem a luta contra as mesmas leis que aprovaram.

Ciente da gravidade da situação, e tendo em vista aferir ainda das possibilidades da coligação o PCP, na nota da sua Comissão Política de 22 de Junho, fez aos partidos da coligação uma proposta em três pontos:

— Suspender os ataques recíprocos, sem prejuízo da exposição de pontos de vista diferentes e divergentes;

— Examinar em encontros bilaterais ou multilaterais as possibilidades de cooperação;

— Dar desde já indicação às organizações e aos militantes dos respectivos partidos, para procurarem entre si e examinarem as possibilidades de uma acção comum no âmbito das respectivas actividades.

Até agora nenhum dos partidos respondeu a estas propostas, cuja urgência se torna cada vez maior. Alguns entendem por bem redobram os ataques ao PCP e outras forças progressistas e organizam actividades e manifestações de carácter reacçãoário.

Como parece não querer a coligação, pode legitimamente perguntar-se o que pretendem. Querem provocar a divisão e a destruição do MFA, a criação e predomínio de novo sector da direita militar, a constituição de um Governo sem os comunistas?

Quívodo o CDS, poderá pensar-se que assim é. Numa entrevista dada ao jornal «Tempo» do dia 25.6.75, Freitas do Amaral fala já no que diz ser «a maioria democrática» da Assembleia Constituinte. Qual é essa maioria? Segundo esse senhor é constituída pelo PS, o PPD e o CDS!

A partir dessa ideia, a par de ataques à presença do MFA na vida política, exige expressamente duas coisas: a substituição do Primeiro-Ministro e a formação de outro Governo que (nas suas palavras) deveria ser com o CDS e sem o PCP e o MDP/CDE. Isto é dito assim, sem papas na língua.

A aliança que já se verifica na Assembleia Constituinte, pretende-se agora que se traduza no Governo. Não se trata mais de remodelações. Trata-se de uma plataforma da contra-revolução.

Seria de esperar que o PS combatesse as afirmações do CDS. Até agora que sabemos nada disso.

Estamos certos de que a grande maioria daqueles que votaram no PS não votaram para que o PS se aliase ao PPD e ao CDS contra as forças progressistas, designadamente contra o MFA e contra o PCP, mas convencidos de que o PS, junto com o MFA e outras forças progressistas incluindo o PCP, combateriam a reacção e participariam na construção de um novo Portugal democrático, a caminho do socialismo.

Este jogo, visando a cisão do MFA e a criação de um Governo das direitas é perigoso para o processo democrático. Há que desmascará-lo e combatê-lo.

Não tenham ilusões esses senhores. Apesar da violentíssima campanha contra o PCP, apesar dos projectos da reacção interna e dos apoios que lhe dá a reacção internacional, um tal projecto de coligação da direita seria nas actuais condições portuguesas completamente inviável.

queiram opor ao processo revolucionário, à construção de um regime democrático, à edificação de uma sociedade socialista.

Qualquer que seja a solução que se encontre para o problema do sistema de poder político, colocam-se à revolução portuguesa tarefas imediatas (na descolonização, na política, na economia) de cujo justo cumprimento depende também o futuro da revolução.

É com infinita alegria que nós os comunistas, os trabalhadores, o povo de Portugal festejamos no passado dia 25 a Proclamação da Independência de Moçambique.

Corre-se assim a luta heróica do povo moçambicano contra o colonialismo, luta completamente coincidente nos seus objectivos com a luta do povo português.

Dirigido pela sua vanguarda revolucionária, a FRELIMO, pelo seu presidente camarada Samora Machel, agora também o primeiro Presidente da República Popular de Moçambique, o povo moçambicano lança-se à tarefa da construção da sua pátria livre e independente com a perspectiva da liquidação da exploração do homem pelo homem.

Estão criadas as condições basilares para o amplo desenvolvimento das relações fraternais de amizade e cooperação entre o povo de Portugal e o povo de Moçambique, entre a República Popular de Moçambique e o novo Portugal democrático.

Nas cerimónias da Proclamação da Independência, o camarada Samora Machel, destacou de entre todas as forças políticas portuguesas o Partido Comunista Português, pelo apoio dado ao povo moçambicano durante a luta de libertação. Uma tal referência é justo motivo de orgulho para o nosso Partido.

A solidariedade internacionalista foi e será a atitude de princípio do PCP.

Tal como no passado, o povo moçambicano e a FRELIMO podem contar, hoje e sempre, em todas as circunstâncias, com a amizade fraternal e a solidariedade activa do Partido Comunista Português.

Dentro de dias será a vez de Cabo Verde proclamar a sua independência. Seguir-se-ão os outros territórios. A acção do novo Portugal democrático no processo de descolonização tendo em vista a independência tão rápida quanto possível dos povos submetidos ao colonialismo português é um dos aspectos essenciais da sua política. Deve prosseguir sem desfalecimentos até que acabe totalmente, para sempre e em toda a parte, o colonialismo português.

O processo de descolonização em Angola é porém motivo de sérias preocupações. Pronunciamos-nos contra tentativas de substituir o colonialismo português por qualquer sistema de neocolonialismo. Pronunciamos-nos contra projectos ou tentativas para dividir o povo angolano, para desmembrar Angola segundo critérios de riquezas naturais e de cobias. O povo angolano deve ser senhor de decidir livremente o seu destino. Reiteramos ao povo angolano a nossa activa e fraternal solidariedade. Reiteramos ao MPLA a nossa tradicional amizade e o nosso apoio.

No actual momento político, duas grandes tarefas políticas necessitam de ser consideradas com prioridade: a construção de um Estado democrático e a defesa da ordem democrática.

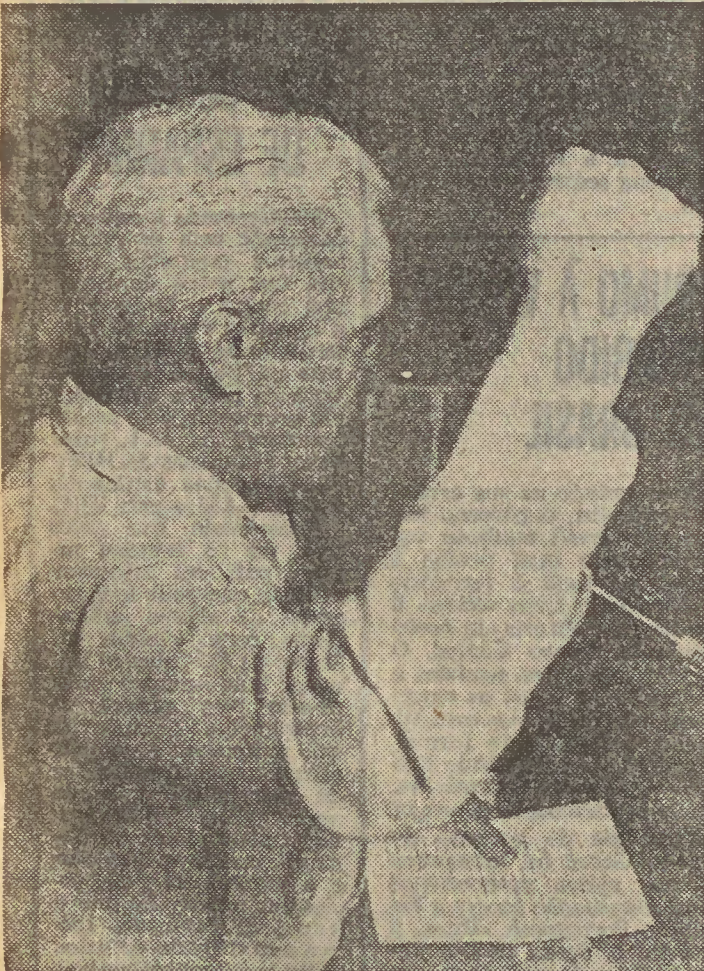
O Estado sofreu já desde o 25 de Abril importantes transformações, designadamente no que era o aparelho corporativo e nas Forças Armadas.

A situação não é porém geralmente satisfatória. Não só se mantêm em funções e em sectores-chaves antigos funcionários reacçãoários ou venais, como a própria orgânica estatal que foi construída para servir a política dos monopólios mantém-se praticamente intacta e é completamente inadequada para aplicar a política da revolução portuguesa.

Nada é mais perigoso do que definir uma política sem ter força nem meios para aplicá-la. O facto é que actualmente a política definida não tem em geral um aparelho de Estado capaz de pô-la em prática, antes encontra numerosas vezes a resistência activa ou passiva, o desinteresse, a inoperância, a preguiça, de um aparelho estatal inadequado e de numerosos funcionários, que ocupam pontos de chefia mas permanecem hostis ao curso político actual.

Há saneados na boa vida com altas reformas. Há todo o vício burocrático que emperra a máquina estatal. Há repartições onde nas horas de serviço se faz tudo — jogar, conversar, beber café, sair à rua — menos trabalhar. Tem que se pôr cobro a esta situação.

(Continua na pág. seguinte)



dação do «contrôle» dos grandes órgãos de informação pelos grupos monopolistas e à conquista do direito a uma informação livre.

O PCP não teve qualquer intervenção na direcção da luta dos trabalhadores da «República», como o PS perfeitamente sabe, apesar da que espalha pelo mundo que o caso «República» é uma tentativa do PCP para se apressar do que falsamente dizem ser o último órgão livre da Imprensa portuguesa! O PCP considera que a luta dos trabalhadores poderia em alguns aspectos ter sido mais bem orientada. Mas, apesar desta sua opinião, o PCP não cede à chantagem da reacção e do conservantismo para se colocar ao lado da administração, para condenar os trabalhadores.

Se não fosse a especulação que o PS fez, já há muito o caso «República» estaria resolvido. Por isso se pode perguntar porque têm a administração da «República» criado tantas dificuldades à resolução do problema. Porque incha e empola o caso até quer torná-lo uma questão não só nacional como internacional? Convir-lhe-á este abcesso de fixação para uso interno e externo? Para gritar que as liberdades estão ameaçadas? Para reclamar uma recomposição do Governo e uma mudança da política? Ou tudo isto é manipulado por interesses internacionais estranhos aos interesses da revolução portuguesa?

É como entende o jornal «República» a liberdade de expressão e o seu exercício?

Num número com data de 21 de Junho e largamente reproduzido no estrangeiro, publica, entre outras coisas, um documento falso e provocatório, que, segundo diz, conteria as «instruções de Moscovo» para os partidos comunistas da Europa. Desde logo afirma que o PCP estaria seguindo tais instruções... Esse documento, que, pelo próprio conteúdo, se vê ter sido fabricado pelas centrais inter-

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

(Continuado da pág. anterior)

Tem havido remodelações e criação de serviços. Mas é toda a concepção do aparelho do Estado e todo o seu funcionamento que carecem de ser revistos. As conclusões do Conselho da Revolução no seu plano de acção política são a este respeito de grande alcance.

Para a construção de um Portugal democrático, para a construção do socialismo, é necessário um Estado democrático com uma orgânica correspondente às tarefas que lhe cabem e com gente que trabalhe e sirva a revolução.

Uma outra tarefa política de primeira importância é a defesa da ordem democrática.

A reacção nas suas múltiplas expressões, serve-se largamente da tolerância do poder político para organizar o desrespeito pela nova legalidade democrática, para pôr em causa a revolução, para criar em torno de problemas concretos pústulas e focos contra-revolucionários, para fomentar golpes de mão, acções de desobediência e de desafio cada vez mais aberto e provocatório ao processo revolucionário, ao Governo, às forças progressistas, ao MFA.

Seja directamente por organizações ou elementos que não escondem a sua própria cor política, seja através da acção de formações oportunistas, seja por intermédio de grupos esquerdistas pseudo-revolucionários, a reacção tem conseguido criar em muitos sectores um ambiente de desordem, de desobediência, de combate à revolução.

É necessário tomar rápidas e enérgicas medidas contra acções de gangsterismo político, contra a introdução no movimento popular de grupos de armarceiros e provocadores que organizados em autênticas mafias usam a chantagem, a coacção, a agressão, a intimidação como armas de acção política.

Assaltos a sindicatos, como aconteceu há tempo nos Químicos e recentemente na Construção Civil de Lisboa, grupos que insultam, espancam e criam ambiente de terror como aconteceu nos TLP, ocupação de instalações escolares, desorganizando e paralisando a vida escolar e tornando as escolas centros de perturbação permanentes — necessitam de ser considerados com o rigor necessário para desaninhar tais práticas e para restabelecer a normalidade no funcionamento de sectores de trabalho, nas escolas, em toda a vida económica e social.

Apoiámos as decisões do Conselho da Revolução no sentido do reforço da autoridade revolucionária do MFA, da repressão firme e exemplar de actividades contra-revolucionárias, e, se necessário, de grupos esquerdistas que perturbem sistematicamente a ordem pública.

Só a contra-revolução está interessada na anarquia e no caos. As forças revolucionárias, a revolução portuguesa, estão vitalmente interessadas no respeito da ordem democrática.

O povo português está farto de desordens e barulhos de que são responsáveis grupos de provocadores reacçãoários da direita ou esquerdistas. Urge pôr termo a essas provocações.

Algumas palavras sobre a situação económica e os problemas económicos.

Como temos salientado, a situação económica é grave. A causa desta situação reside fundamentalmente na herança que nos deixou o fascismo, na sabotagem levada a cabo pelo grande capital, nas dificuldades criadas pelo imperialismo. Se alguma voz aparece atribuindo as responsabilidades da difícil situação económica, não aos reais responsáveis, mas ao 25 de Abril, ao MFA, ao Governo, às forças progressistas, poderemos estar certos: tal voz (rotule-se como se rotular) é a voz da reacção!

Para a estabilização da situação económica e a criação de condições para uma nova política de desenvolvimento na perspectiva socialista são necessárias algumas orientações basilares no quadro das medidas já adaptadas.

A primeira é a necessidade de uma política económica global, em que se insiram a política do crédito, a política industrial, a política agrícola, a política de transportes, a política do comércio externo, a política fiscal, a política dos preços, a política dos salários, etc. A tendência tem sido para cada sector económico procurar as suas próprias soluções sem ter em conta a situação económica no seu conjunto. É necessário corrigir rapidamente esta prática que se torna tanto mais inadequada quanto ganha cada dia mais importância o sector estatal da nossa economia.

É necessário dar um grande impulso aos sectores nacionalizados procurando torná-los eficientes, melhorar a gestão, diminuir os défices se os há, transformá-los em sectores económicos estatais ao serviço das transformações económicas e sociais em direcção ao socialismo.

É necessário levar por diante a reforma agrária, vencendo as resistências dos agrários e das forças reacçãoárias e conservadoras, que, tal como estão fazendo com o arrendamento rural, à última hora, com os mais variados pretextos, procuram impedir a aplicação das medidas já aprovadas e adiar a reforma para não se sabe quando. Os trabalhadores rurais alentejanos não permitirão que isso suceda. As searas este ano estão magníficas. Calcule-se um rendimento de trigo de 13 quintais por hectare, superior num quarto ao ano passado. É necessário que a boa colheita em perspectiva seja assegurada marcando um bom começo à reforma agrária.

Não quero alongar-me muito sobre os problemas económicos mas não quero deixar de referir que, precisamente na grave situação que atravessamos, aparece anunciada pela Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), a realização do Congresso da Indústria nos próximos dias 10 e 11 de Junho, no qual se diz que participam cerca de 100 associações industriais.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E VIGILÂNCIA POPULAR

(CONTINUADO DA 1.ª PÁGINA)

de e do campo são favoráveis aos inimigos do processo revolucionário português.

A mobilização de muitos milhares de portugueses, ao lado dos militares, para recapturar os criminosos da PIDE evadidos de Alentejo, mostra que a vigilância e a determinação do Povo em estreita aliança com o MFA, derrotará, de novo, qualquer tentativa de golpe contra-revolucionário que esteja no choco.

A consciência revolucionária da classe operária, de todos os trabalhadores das fábricas e dos campos que estão ensaiando os primeiros passos de uma nova vida, numa etapa de transição que aponta ao socialismo e estão liquidando o poder dos monopólios e do latifúndio, triunfará das ciladas ideológicas do inimigo de classe, venham elas envolvidas de uma roupagem pseudo-revolucionária ou do democratismo social burguês.

O reforço da unidade das massas populares e das forças realmente interessadas no processo revolucionário é um imperativo da hora presente. Este reforço passa hoje pela dinamização do movimento unitário das massas populares para a resolução dos seus problemas mais sentidos.

A acção dos Comités de Defesa da Revolução está já dando as suas provas na caçada aos pides evadidos. Milhares de comissões de trabalhadores e de moradores em amplas assembleias que é preciso institucionalizar e alargar estão já a dar um contributo insubstituível para as soluções revolucionárias na vida do Povo. Em dezenas de sindicatos, na discussão de novos estatutos e na eleição de novas direcções os trabalhadores estão afirmando com vigor o desejo de tornar inextinguível a sua unidade de classes expresso no grande movimento sindical unido sob a égide da INTERSINDICAL NACIONAL.

A aliança do movimento popular com o MFA ganha novo ímpeto e conteúdo num caminho com que o partido do proletariado português — o PCP — e todas as organizações e partidos interessados no processo revolucionário têm um papel fundamental.

Contra a ofensiva dos reacçãoários de todos os matizes e contra todas as suas campanhas de diversão ideológica erguer-se-á como uma muralha invencível a vontade e a determinação da classe operária e de todos os trabalhadores. Mais uma vez é preciso gritar bem alto:

A REACÇÃO NÃO PASSOU — A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!

Segundo a CIP trata-se de «um último esforço do sector privado, no âmbito industrial para salvar a economia nacional».

Esta iniciativa lembra estranhamente uma outra iniciativa, no quadro da preparação da grande ofensiva contra-revolucionária da maioria silenciosa. Então, em 10 de Setembro de 1974, uma outra confederação do patronato, a MDE/S ofereceu tão espectacular como demagogicamente, a troca de garantias políticas, nada menos de 120 milhões de contos de investimentos e 150 000 empregos...

As ofertas do MDE/S, atiradas sem bases sólidas, davam entre tanto às forças reacçãoárias, designadamente a Spínola, um pretexto para dizer: «A economia está num caos. Para salvá-la é necessário dar garantias ao capital privado pois só o capital privado está em condições de salvar a economia.» Essas garantias seriam fundamentalmente o afastamento dos comunistas do Governo e a repressão dos trabalhadores. Isso fazia parte do plano do 28 de Setembro.

Agora também a iniciativa da CIP para «salvar a economia» provoca legítimas interrogações. Será coordenada com alguma ofensiva política reacçãoária? Nós reconhecemos um vasto campo à iniciativa privada. Mas para isso é necessário que a iniciativa privada mostre pelos actos querer actuar no quadro do processo revolucionário e não opor-se a ele.

A CIP propõe-se «salvar» a economia portuguesa. A isso há que dizer: não é o grande capital, que desde o 25 de Abril outra coisa não tem feito senão sabotar a economia nacional, que está em condições de salvar a economia. Esta só poderá ser salva na perspectiva socialista, com a intervenção activa, entusiástica, confiante e criadora dos trabalhadores, no «controlo», na gestão, na direcção da economia nacional.

É a reacção que está interessada no aprofundamento da crise económica no nosso país. Os trabalhadores estão interessados na estabilização económica e financeira, no aumento da produção, na criação de condições para uma nova política de desenvolvimento.

A liquidação da exploração capitalista e a construção da economia portuguesa em bases novas, rumo ao socialismo, exigirá trabalho e sacrifícios temporários dos trabalhadores portugueses. Os trabalhadores sabem e saberão aceitá-los, se forem para o bem dos trabalhadores e não para encher os bolsos dos capitalistas parasitários.

Cada dia são dados novos exemplos da tomada de consciência desta situação pelos trabalhadores, oferecendo horas de trabalho voluntário, prontificando-se ao aumento da jornada de trabalho, aceitando a redução de reclamações salariais, lutando corajosa e abnegadamente pela sobrevivência de empresas em dificuldades, desbravando terras incultas, aguentando grandes dificuldades para assegurar postos de trabalho.

Estes trabalhadores são pioneiros das transformações da nossa economia a caminho do socialismo, e merecem o respeito e admiração de todos os revolucionários.

Enganam-se aqueles que procuram opor o eleitoralismo à aliança das forças populares com as forças militares revolucionárias.

O processo eleitoral pode e deve inserir-se no processo revolucionário. Mas o eleitoralismo, cuja aplicação prática iria contrariar a tarefa mais urgente daquela indústria: O desmantelamento efectivo da estrutura capitalista das Companhias, integrado na batalha da produção, como assinalam os corpos gerentes do Sindicato, defendendo a necessidade de alterar de imediato a política de investimentos, ao mesmo tempo que se criam condições para modificar a situação monopolista dos Seguros.

Segundo a direcção do Sindicato dos Seguros de Lisboa, que esteve algum tempo de missãoária depois dessa votação lesiva dos direitos dos trabalhadores em geral (e não só dos Seguros) sendo posteriormente reintegrada com a confiança dos seus camaradas de trabalho, o projecto autogestionário foi defendido numa reunião magna onde, para a grande maioria dos presentes era desconhecido ou não tinha ainda sido verdadeiramente discutido. Era esse, pelos vistos, para quem o propunha, o melhor processo de fazer «passar» um projecto contra-revolucionário, cuja aplicação prática iria contrariar a tarefa mais urgente daquela indústria: O desmantelamento efectivo da estrutura capitalista das Companhias, integrado na batalha da produção, como assinalam os corpos gerentes do Sindicato, defendendo a necessidade de alterar de imediato a política de investimentos, ao mesmo tempo que se criam condições para modificar a situação monopolista dos Seguros.

Por muito que desagrege aos reacçãoários e oportunistas a força motora da revolução portuguesa é a aliança do movimento popular com o MFA.

A unidade do MFA e a unidade do movimento popular são as melhores garantias da força de cada uma das duas componentes e da solidez da sua aliança.

Pela sua parte e na medida das suas possibilidades, o PCP tudo fará para reforçar a unidade de acção, a cooperação, o entendimento, com objectivos práticos, de todos quantos se pronunciam pela construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo.

A cooperação entre os partidos políticos verdadeiramente interessados no processo revolucionário é um dos aspectos da unidade do movimento popular.

Mas, no caso português, na medida em que alguns partidos, em vez da cooperação, actuam para a divisão e a ruptura, as formas de organização não partidária, incluindo as organizações de massas, adquirem maior importância como factor de unificação do movimento popular e sua dinamização política.

O movimento sindical tem um papel cada vez mais importante no processo revolucionário, seja pela defesa diária dos interesses dos trabalhadores, seja pela intervenção nas reformas e transformações da economia, como já é o caso da nacionalização da banca e da reforma agrária.

Daqui felicitos os trabalhadores dos sindicatos dos ferroviários, dos seguros, dos químicos, dos metalúrgicos, dos escritórios, da construção civil, dos gráficos, pelas grandes vitórias alcançadas nos últimos dias, aprovando novos estatutos, e elegendo para as direcções listas unitárias.

As ligas camponesas têm também uma função de primeiro plano, na defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores contra a exploração, as pressões, as ameaças, o violento paternalismo, os abusos e as arbitrariedades dos ricos proprietários, na aplicação da lei do arrendamento e outras medidas decretadas pelo Governo favoráveis aos pequenos e médios agricultores.

As formas unitárias de organização popular adquirem dia a dia maior relevo.

Comissões de trabalhadores de empresas ou de sector, comissões sindicais, comissões de vigilância e de defesa, comissões de moradores, comissões de controlo operário, comissões de reconversão industrial, assembleias populares locais e regionais, imprimem nova dinâmica ao movimento popular e facilitam, através de formas ricas, originais e criadoras, a intervenção das massas populares no processo revolucionário, em estreita aliança com o MFA.

As formas unitárias de organização popular são insubstituíveis na organização e na mobilização das massas. Mas não substituem tão-pouco, nem podem substituir, a organização partidária revolucionária de vanguarda — o Partido Comunista Português.

No novo Portugal democrático a caminho do socialismo, nenhuma outra forma de organização pode substituir o PCP, vanguarda revolucionária da classe operária e dos trabalhadores de Portugal.

A campanha anticomunista faz grandes esforços para esconder o que representa o PCP na actual situação política, na revolução portuguesa. Assim, por exemplo, alguns partidos dão números dos seus efectivos e, como o PCP não tem dado os seus, logo proclamam que o número dos militantes do PCP é menor do que aquele que eles anunciavam como sendo dos seus partidos.

Tendo em conta a consolidação da situação democrática, o nosso Comité Central resolveu quebrar o silêncio e dar publicamente, embora sem grandes pormenores, algumas informações sobre a organização. A situação é a seguinte: Os efectivos do PCP ultrapassam os 100 000 filiados e a organização continua em plena expansão.

Temos um muito grande partido. Mas será ainda maior.

Continuar o recrutamento, estruturar e dar vida política às organizações, educar e promover os quadros, reforçar a batalha ideológica, são tarefas essenciais no trabalho de organização no momento actual.

O reforço do PCP é do interesse não apenas dos comunistas, não apenas dos trabalhadores, mas de todas as classes e camadas antimonopolistas, de todas as forças da democracia e do progresso social, de todas as forças da revolução portuguesa.

Por isso as forças reacçãoárias e todos os inimigos da revolução se enraivecem com os êxitos e o reforço da influência do partido. E por isso também todos os sinceros revolucionários, quaisquer que sejam as opiniões políticas, se alegrem com o reforço do PCP no qual têm uma das melhores garantias do prosseguimento victorioso do processo revolucionário.

Na sua luta em defesa dos seus interesses de classe, na luta em defesa das liberdades, na construção de um Portugal democrático, nas transformações da nossa economia a caminho do socialismo, os trabalhadores devem eliminar do seu seio o divisionismo, devem unir-se nas pequenas e grandes acções que os conduzirão à libertação final da exploração capitalista.

O PCP não tem uma política sectária. Nós, os comunistas, estamos sempre prontos a debater os problemas de interesse comum e a procurar em comum as soluções e a forma de agir com todas as forças interessadas no processo revolucionário. Estamos prontos a caminhar ombro com ombro com todos os trabalhadores não comunistas, quaisquer que sejam as suas opiniões políticas ou os seus credos religiosos.

O agravamento das divisões e conflitos no seio das forças interessadas na revolução portuguesa conduziria à derrota da revolução. A unidade do MFA, a unidade do movimento popular, o reforço da aliança Povo-MFA conduzir-nos-ão à vitória final, à construção de um regime democrático com amplas liberdades, à construção da sociedade socialista.

Viva Portugal democrático a caminho do socialismo!
Viva o Partido Comunista Português!

Autogestão nos Seguros

REJEITADO UM «MODELO» PARTIDÁRIO FEITO PARA DIVIDIR E SABOTAR

A autogestão das companhias seguradoras nacionalizadas acabou por ser rejeitada pela maioria dos trabalhadores do sector, não sem antes se ter assistido a uma tentativa, temporariamente bem sucedida, de nítida manipulação partidária, com claros intuíto divisionistas, por parte do PS, com o apoio coerente do CDS e do PPD.

A regra deveria ser o mais amplo esclarecimento sobre o significado da autogestão numa sociedade ainda capitalista, que acaba de se libertar do fascismo e não da herança. Não foi isso, porém, o que se viu nos Seguros. Oitocentos trabalhadores de uma assembleia com mil e quinhentos votaram, enganados e contra os seus interesses, na proposta de um partido que não chegou a ser debatida, como exigia o seu conteúdo altamente perigoso, demagógico e irrealista.

Segundo a direcção do Sindicato dos Seguros de Lisboa, que esteve algum tempo de missãoária depois dessa votação lesiva dos direitos dos trabalhadores em geral (e não só dos Seguros) sendo posteriormente reintegrada com a confiança dos seus camaradas de trabalho, o projecto autogestionário foi defendido numa reunião magna onde, para a grande maioria dos presentes era desconhecido ou não tinha ainda sido verdadeiramente discutido. Era esse, pelos vistos, para quem o propunha, o melhor processo de fazer «passar» um projecto contra-revolucionário, cuja aplicação prática iria contrariar a tarefa mais urgente daquela indústria: O desmantelamento efectivo da estrutura capitalista das Companhias, integrado na batalha da produção, como assinalam os corpos gerentes do Sindicato, defendendo a necessidade de alterar de imediato a política de investimentos, ao mesmo tempo que se criam condições para modificar a situação monopolista dos Seguros.

A autogestão, numa sociedade onde os trabalhadores não detêm o poder político para além de outras críticas e razões para rejeitar a autogestão, é, pelo menos, uma incongruência. Queríamos os responsáveis por essa «ideia» criar uma ilhota autogestionária totalmente isolada num mar de tomadas de posição e de perspectivas que apontam para o controlo operário da produção? Ficariam satisfeitos, na sua «boa intenção», esses «pioneiros» que pretendem virar os trabalhadores contra o processo revolucionário e concretamente contra os órgãos do Poder, sabotando a aliança com o MFA? Será o usado encerrar assim o projecto autogestionário para os Seguros quando, segundo os dirigentes do Sindicato, houve um claro boicote à discussão dos projectos governamentais (Ministério das Finanças) por meio de ingerências partidárias de modo a não permitir aos trabalhadores uma reflexão serena e lúcida de tão importantes documentos?

As «posturas» são fáceis e claras. Virar os trabalhadores contra o Governo Provisório e contra as grandes tarefas da hora presente é uma delas. Outra é sabotar por dentro a batalha da produção, apontando aos trabalhadores tarefas irrealistas e comprometedoras do futuro da Revolução. Ainda outra é um trabalho de sapa contra direcções sindicais honestas e de confiança dos trabalhadores, através dos golpes divisionistas comandados, neste caso, por partidos como o PS, o CDS e o PPD. Mas há ainda uma resposta que está implícita naquelas perguntas: é o pouco respeito que determinados dirigentes políticos têm pelos trabalhadores, o pouco ou nenhum respeito pela sua capacidade de analisarem correctamente as situações que profundamente lhes interessam, pela sua capacidade de resolverem democraticamente (o que também significa com perfeito esclarecimento) as questões importantíssimas que a Revolução apresenta a todos os trabalhadores. (Eram esses mesmos dirigentes políticos que atacavam a unidade com o pretexto de que essa expressão legal era uma forma de consagrar a «memória» dos trabalhadores). Santa demagogia a destes senhores que tudo inventam (autogestão, inclusive) para que a brasa não esmoreça de baixo da sardinha social-democrata, debaixo da sardinha capitalista em liberdade!

Injectado do exterior, o projecto autogestionário, elaborado por trabalhadores «socialistas», levou um fim-de-semana a cozinhar em grupo restrito e partidário, sendo a sua divulgação escamoteada.

HOMENAGEM A ALFREDO DINIS

Faz amanhã um ano que pela primeira vez foi homenageada a figura do militante comunista Alfredo Dinis (Alex), assassinado pela PIDE em 4 de Julho de 1945.

Recordando a figura heroica de quem não hesitou em dar a vida pela luta dos trabalhadores, o nosso Partido efectuou, no próximo sábado, em Bucelas, uma cerimónia de homenagem a Alfredo Dinis. A concentração, em que estará representado o Comité Central do PCP, terá lugar pelas 17 horas, no Centro de Trabalho de Bucelas, onde partirá um cortejo até ao local em que foi assassinado e onde será descerrada uma lápide comemorativa.

Operário que lutava pelos direitos das classes trabalhadoras, Alfredo Dinis (Alex), cunento Ultra-secreto elaborado pela primeira linha do Partido Comunista Português, é um exemplo que não poderá ser esquecido por todos os comunistas.

Tinha apenas 28 anos de idade quando a criminosa polícia política do regime fascista o assassinou, e mesmo depois de morto a repressão continuou a fazer-se sentir quando a PIDE procurou por todos os meios impedir o acompanhamento do funeral e só a intervenção enérgica da família obrigou a que o caixão fosse aberto antes de descer ao coval tendo sido possível, então, observar a marca de um tiro à queimadura ao canto de um olho de Alfredo Dinis, a prova do crime efectuado pelos esbirros policiais.

O sacrifício e a dedicação de Alex pela luta dos trabalhadores é um exemplo para a luta dos que combatem por um Portugal verdadeiramente democrático, sem injustiças sociais.

COLÓQUIO NA FEIRA DO LIVRO

Por ocasião da publicação do Manifesto do Partido Comunista — Marx e Engels, pela Edições «Avante!», efectua-se, no próximo sábado, pelas 18 horas, no Pavilhão dos Editores e Livrinhos da Feira do Livro um colóquio subordinado ao tema «Actualidade do Manifesto».

Na palestra, que conta com o apoio da Organização dos Editores e Livrinhos, estarão presentes o responsável pela edição, prof. Vasco Magalhães Villena, catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, e o tradutor dos originais, alemães e ingleses, dr. Alvaro Pina, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa.

E de tal modo o foi que, na reunião magna de 17 de Junho, onde foi aprovado por escassa maioria, realizaram-se sete intervenções, das quais, e por ironia, apenas seis foram timidamente a favor dos princípios autogestionários — assinala o Sindicato.

Resultado de uma posição de classe e de um processo divisionista que tem de ser combatido com firmeza, a grande tentativa de autogestão nos Seguros vem lembrar que não se podem aplicar modelos importados sem crítica, seja em que campo for da nossa actividade, e muito menos numa indústria como os Seguros, sector altamente monopolizado, característico que não desaparece de um momento para o outro só porque as Companhias foram nacionalizadas.

Uma sociedade em mutação, metida num processo revolucionário a caminho do socialismo, não pode suportar esquemas, ainda por cima mal provados e com resultados pouco lisonjeiros, que se aplicam lá fora a economias mais ou menos estáveis.

Por outro lado, transformar trabalhadores em patrões, virando-os contra outros trabalhadores, situação a que conduziriam os projectos autogestionários, não é perspectiva que agrade aos trabalhadores portugueses verdadeiramente conscientes da sua posição de classe e sabendo concretamente quem são os seus inimigos nesta caminhada para o socialismo, que passa pela unidade, pelo empenho vital na batalha da produção e pelo reforço da aliança revolucionária entre o movimento popular e o MFA.

NOVO CENTRO NO LARANJEIRO

No Laranjeiro, foi inaugurado recentemente um Centro de Trabalho do Partido Comunista Português correspondente, assim, aos interesses da larga camada de operariado e massas trabalhadoras ali residentes.

Numa breve, mas significativa cerimónia, foram dadas, durante a tarde, a conhecer aos presentes as novas instalações. Entretanto, na contiguação do programa de inauguração realizou-se, à noite, no Clube Recreativo do Laranjeiro, um comício que contou com a presença, entre outros, do camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central do nosso Partido.

Abriu a sessão o camarada João Raimundo, membro da Comissão Conciliadora de Alameda do PCP que realçou o significado da abertura de mais um Centro de Trabalho. Falaram a seguir representantes da UJC e da UEC.

Como responsável pelo novo Centro de Trabalho, a camarada Príncipe da dos Santos, durante a sua intervenção, chamou a atenção para o papel da mulher na Revolução, e a necessidade do seu contributo que se considera fundamental na construção do socialismo em Portugal.

Seguidamente e representando a célula do Arsenal do Alentejo o camarada Joaquim Malta Historiador o trabalho clandestino ali efectuado e o papel verdadeiramente heroico de Bento Gonçalves na construção e engrandecimento do único e verdadeiro partido das massas trabalhadoras, o PCP.

O camarada Francisco Miguel encerrou o comício abordando a situação política actual e chamando a atenção dos trabalhadores para a batalha da produção que terá de ser vencida como forma de assegurar as vitórias já alcançadas.

INSTAURADO PROCESSO CONTRA CALUNIADORES

O PCP instaurou processo-crime, por abuso da liberdade de Imprensa, contra os responsáveis pela divulgação em Portugal de um texto provocatório intitulado «Documento Ultra-secreto, elaborado em Moscovo na base da tática do PCP». Esse texto foi publicado em Lisboa pelo «Jornal do Caso República», que primeiro apresentou como obtido através de fontes misteriosas e, depois, rectificando a versão inicial, pretendeu identificá-lo com o artigo sobre «A situação mundial e o processo revolucionário», da autoria de Boris Ponomarev, membro do Politburo e secretário do CC do PCUS.

É oportuno recordar que o calunioso texto do «Jornal do Caso República» não era também inédito. Com pequenas alterações, fora editado em Portugal antes do 11 de Março, pela reacção, num panfleto anónimo. O artigo do camarada Ponomarev, como é evidente, trata de assuntos completamente estranhos à situação portuguesa. Basta lembrar que não contém uma só referência a Portugal e não menciona sequer o nosso Partido.

«RUMO À VITÓRIA» PROIBIDO NO BRASIL

Prosseguindo na sua escalada repressiva, o governo fascista do Brasil publicou um decreto pelo qual proíbe a venda em todo o território brasileiro do livro «Rumo à Vitória», da autoria do nosso camarada Alvaro Cunhal. O decreto determina também a apreensão de todos os exemplares existentes, mas essa iniciativa é puramente formal, pois a edição, da grande Editora Civilização Brasileira, estava praticamente esgotada.

A medida do governo do general Geisel foi interpretada nos meios progressistas como provocação contra a Revolução Portuguesa. «Rumo à Vitória» é, desde 1969, o primeiro livro de um autor português proibido por decreto no Brasil.

SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DE ESPANHA

Manifestando a sua solidariedade com os presos políticos espanhóis e a luta dos povos de Espanha contra o fascismo e a opressão realista estabelecida, às 14 e 30, na Cantina da Cidade Universitária de Lisboa um comício promovido pelo sector estudantil da LCI, pelas bases estudantis do MDP/CDE, células estudantis do MES, ASJ e pela UEC. Recordando que mais uma vez o prepara na aquele país um julgamento-burla que pode levar ao crime de alguns antifascistas, como sucedeu em Março de 1974 quando Salvador Puig Antich foi executado pelo garrote, as organizações estudantis que promovem o comício afirmam que chegou a vez de demonstrar o nosso apoio inequívoco à luta dos trabalhadores de Espanha contra a opressão e a exploração, pelo socialismo, certos de que o futuro da Península Ibérica será trilhado de mãos dadas pelos trabalhadores de Portugal e de Espanha.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A venda nos Centros de Trabalho do PCP
Serviços de Distribuição e Assinaturas de Editorial Avante!
Av. Santos Dumont, 57, 2.º — LISBOA

● Jornalistas reunidos em Porto Alegre, no Brasil, na 10.ª Conferência Internacional de Jornalistas, pediram a imediata retirada da censura oficial nos órgãos de comunicação social onde existe. Por outro lado, o senador brasileiro Marcos Freire, que representa o Movimento Democrático Brasileiro (único partido da oposição permitido) — condenou a censura aplicada contra mais de 400 peças de teatro, filmes e composições musicais.

● Os delegados de Porto Rico que participaram no seminário da Revolução Cubana, que acaba de se realizar em Havana, lançaram um apelo aos povos e às organizações progressistas do Mundo, para que apoiem a próxima Conferência Mundial de Solidariedade com a Independência de Porto Rico, a realizar no princípio de Setembro próximo.

● Um grupo de criminosos a soldo da APRA (partido de direita, no Peru), agrediu, com correntes, quatro dirigentes da Juventude Revolucionária do Peru.

● A Conferência de Segurança Europeia, que decorreu em Genebra com a participação de 35 Estados, chegou a um acordo, de que o final de alto nível deverá vir a realizar-se, conforme tem sido insistentemente proposto pela URSS e restantes países socialistas, em breve, em Helsínquia.

● Iniciou-se em Atenas o julgamento do capitão Constantino Kotsaris, acusado de ter assassinado a tiro um preso político durante o regime fascista grego derrubado.

● Os dois cosmonautas soviéticos, actualmente no espaço, já completaram as 500 órbitas em volta da Terra.

● O Sindicato dos Jornalistas do Panamá propõe intensificar a difusão de temas relativos à soberania total do seu território, incluindo, naturalmente, a zona do canal do Panamá.

● Reafirmando o seu carácter profundamente anti-comunista, e o à-vontade com que se arroga o direito de actos discriminatórios e arbitrários, as autoridades norte-americanas recusaram a entrada nos EUA às delegações dos Partidos Comunistas que deveriam participar no 21.º Congresso do Partido Comunista dos Estados Unidos.

● O Governo da República da Guiné-Bissau decidiu assumir o monopólio das importações de produtos essenciais, a fim de evitar especulações. Está também prevista a nacionalização do banco local, de forma a criar um Banco Central, para «contrôlar» do sistema fiduciário do país.

● Como resultado de um acordo, recentemente celebrado entre a Guiné-Bissau e a União Soviética, no sector das pescas, o preço do peixe, na Guiné-Bissau, baixou para metade.

● «Nunca, em tempo de paz, a Humanidade foi testemunha de uma corrida tão maciça aos armamentos como neste momento» — afirmou o secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, em Nova Iorque, por ocasião do trigésimo aniversário da assinatura da Carta da ONU. Waldheim apelou para todos os países para que contribuam activamente para a contenção da corrida armamentista e a redução do comércio de armas.

● Segundo a revista Parade, o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, propôs o bombardeamento de cidades cambojanas pelos B-52, quando do caso do cargueiro norte-americano «Mayaguez».

● Realizar-se-á, de 2 a 12 de Julho próximo, na Geórgia (URSS), o segundo Festival da Juventude Peruana e Soviética.

● Em Cuba, o sucesso da combinação estudo-trabalho a todos os níveis do ensino foi mais uma vez confirmado pelos resultados obtidos em escolas secundárias de base instaladas no campo. Em 135 centros escolares, construídos pelo Governo revolucionário, 24 atingiram 100 por cento de promoção, 101, 90 por cento.

● O Governo do Paraguai prossegue na sua política de entrega do país à exploração dos monopólios brasileiros. Isto passa-se nomeadamente no que respeita à construção da barragem de Itaipu, a mais importante obra deste género na América Latina.

● Os países do Comecon — organização de carácter económico que agrupa grande número dos países socialistas — planeiam investir mais de dez milhões de rublos em dez gigantescos projectos de desenvolvimento conjunto, durante os próximos cinco anos.

● Em mais uma manifestação do anticomunismo na Indonésia, foi publicado um novo decreto presidencial que determina a demissão de todos os funcionários civis e militares, suspeitos de terem participado (ou não se terem deliberadamente oposto) nas revoltas populares de 1948 e 1965.

● Um em cada três cubanos estuda. 99,5 por cento das crianças cubanas entre os 6 e os 12 anos encontram-se escolarizados. Estes alguns dos números que atestam os êxitos da revolução cubana no campo do ensino.

● O comunicado conjunto de Cuba e Trinidad-Tobago, divulgado após a visita a Havana do primeiro-ministro Eric Williams, constitui um documento de condenação das multinacionais e um apoio à política do Governo daquele país das Antilhas, tendente a obter um melhor «contrôle» sobre as actividades das empresas multinacionais.

● O Partido Comunista Sueco exigiu ao Governo que proíba aos serviços de segurança a escuta telefónica.

● O arcebispo de Olinda e Recife, do Brasil, D. Hélder Câmara, conhecido pelas suas posições a favor da paz, declarou recentemente a sua disposição de intensificar a campanha contra a miséria, a tortura e a violação dos direitos humanos, que se verifica sistematicamente no Brasil.

informação

O significado reaccionário da «economia de guerra» na Argentina

Algumas agências noticiosas — especialmente a EFE espanhola — têm-se esforçado nas últimas semanas por deturpar o significado da grave crise argentina. Procuram apresentar a presidente Maria Estela de Perón como uma patriota empenhada em levar adiante uma política de austeridade. Os telegramas aludem «à firmeza fora do vulgar» de «Isabelita» e às suas exortações para que os argentinos gastem pouco e produzam muito. A única solução possível para equilibrar o orçamento e reconstruir o país seria manter «uma justa e sã austeridade, evitando gastos desnecessários e produzindo o máximo possível, como se estivéssemos — diz — em economia de guerra».

A redacção dos telegramas é propositadamente ambígua. Mas a EFE tem conseguido o que pretende. O leitor português é levado a crer que o Governo argentino defende uma política correcta. Estabelece o paralelo com Portugal e imagina a grande República latino-americana mergulhada na batalha do trabalho e da produção. Certos órgãos de Informação, iludidos pelas habilidades das agências, colaboram inconscientemente na deturpação da verdade. A manipulação do noticiário é de tal ordem que os operários portugueses podem até acreditar que os seus camaradas argentinos não estão a agir de modo responsável ao insistirem nas suas reivindicações salariais.

Na realidade, não há paralelo possível entre a situação portuguesa e a argentina. A presidente Maria Estela está a desempenhar o papel de instrumento da política das forças mais reaccionárias da sociedade argentina. A tal ponto que a direcção oportunista da Confederação Geral do Trabalho, tradicionalmente submissa, entrou em conflito frontal com o governo. Na Argentina, a reivindicação de um aumento salarial de 100 por cento é justíssima. Os apelos ao povo para gastar pouco e produzir muito têm um carácter reaccionário. A advertência de que o país vai adoptar uma «economia de guerra» constitui uma ameaça às classes trabalhadoras.

A «cirurgia política de choque» do novo ministro da Economia, Celestino Rodrigo, foi concebida pelos monopólios, pela oligarquia agrária e pelo imperialismo. É uma receita reaccionária que visa a criar condições para um «milagre» inspirado no modelo brasileiro. A Argentina, como o «Avante!» salientou há poucas semanas, está a sofrer os efeitos da maior escalada contra-revolucionária dos últimos anos que pode, de um dia para o outro, desembocar num golpe de Estado fascista. Celestino Rodrigo é um discípulo de Alvaro Alsogaray, um admirador de Krieger Vasena, o «mago das finanças» da ditadura Onganía.

«Logo que foram conhecidas as primeiras medidas do «Plano Económico» de Celestino — como lembra «Nuestra Palabra», órgão do Partido Comunista da Argentina — produziram o efeito de um raio destruidor em pleno dia. Talvez nunca o anúncio de um plano económico tenha provocado tamanha comoção e tanto desagrado popular. E mais, depois de ter sido publica-



ECONOMIA DE GUERRA NA ARGENTINA

mente apoiado pela senhora presidente». E «Nuestra Palabra» acrescenta: «O eng.º Rodrigo falou exclusivamente de problemas conjunturais, esquecendo, como se não existissem, os problemas estruturais. Deixou de lado o essencial: a reforma agrária, a nacionalização de sectores económicos e das riquezas nacionais, a elevação substancial do nível de vida do povo para ampliar o mercado interno, e uma política externa e comercial independente, sem fronteiras ideológicas».

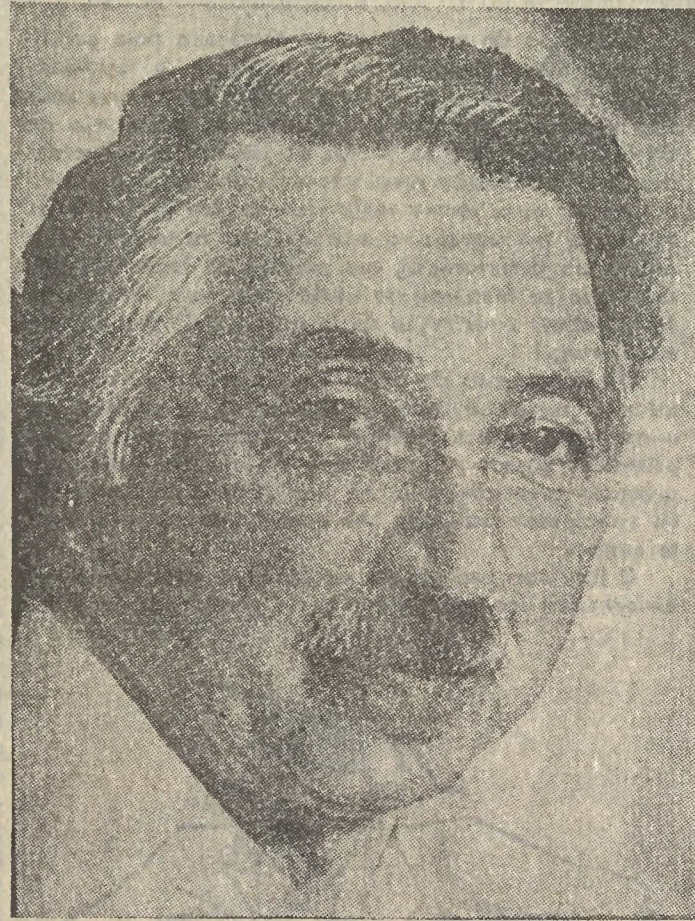
A Argentina, devido às suas imensas riquezas, apresentou durante muitos anos, apesar da exploração capitalista e imperialista um dos rendimentos «per capita» mais elevados do Mundo (7.º lugar). Hoje, os seus monopólios acumulam lucros fabulosos, o número de multimilionários aumenta, e as classes trabalhadoras vivem cada vez pior. Num país a caminho do socialismo, como Portugal, a batalha da produção tem um significado revolucionário. Num país como a Argentina, onde as alavancas do poder são controladas por forças reaccionárias, que sonham com um golpe de Estado fascista, pedir aos trabalhadores que desistam das suas reivindicações e produzam mais para aumentar os lucros dos monopólios é dos latifundistas é uma provocação. A oposição firme da classe operária argentina ao Plano Económico de Celestino Rodrigo é um acto patriótico que merece a solidariedade dos trabalhadores portugueses. Elogiar a «economia de guerra» proposta pela presidente Maria Estela Perón é fazer o jogo da reacção e do imperialismo.

Salvemos a vida do camarada Luis Corvalán!

A vida do camarada Luis Corvalán continua em perigo. A sua transferência de Ritoque para o campo de concentração de Los Alamos, em Santiago — um centro de torturas —, provocou justificada inquietação entre as massas chilenas e as forças progressistas de todo o Mundo.

«Ninguém sabe — saliente o Partido Comunista do

Chile em nota sobre o assunto — quais os objectivos visados por Pinochet e a Junta. A ameaça de que a Junta, em face do progresso da luta dos trabalhadores, possa aplicar medidas repressivas contra Luis Corvalán e outros presos políticos é inteiramente real (...) Nas últimas semanas a campanha pela sua libertação ganhou novo impulso graças ao facto de lhe ter sido conferido o Prémio Internacio-



nal Lenine «Pelo Fortalecimento da Paz entre os Povos». Ao mesmo tempo, a próxima sessão da XXX Assembleia Geral das Nações Unidas e a visita ao Chile do grupo de trabalho da Comissão da ONU dos Direitos do Homem — prevista para o período de 10 a 27 de Julho — colocam a Junta sob a ameaça de nova condenação na arena internacional, o que é propício à intensificação agora da pressão sobre ela de governos, parlamentos, organizações internacionais e personalidades eminentes no sentido de exigir a libertação de Luis Corvalán. Parece-nos que não se pode excluir a possibilidade da apresentação na XXX Assembleia Geral da ONU de um projecto de resolução sobre a libertação de Luis Corvalán e a sua aprovação, caso seja apoiada por numerosos governos e a opinião pública (...). Parece-nos também valiosa uma ideia lançada em alguns países de organizar todos os meses no dia 27 — Luis Corvalán foi preso em 27 de Setembro de 1973 — uma série de actos especiais sob a palavra de ordem «Libertação de Luis Corvalán».

Quaisquer que sejam os objectivos de Pinochet e da Junta fascista chilena, um facto é certo: a vida do camarada Luis Corvalán corre perigo. O campo de concentração de Los Alamos é um centro de torturas de sinistra fama. Em 1973, a Junta chegou a anunciar que o secretário-geral do Partido Comunista do Chile seria julgado e possivelmente condenado à morte. Condenado pelas suas ideias, pelo seu heroísmo, pelo seu comportamento exemplar de revolucionário e patriota! Sob a pressão da solidariedade internacional ao camarada Corvalán, Pinochet & Cia recuaram posteriormente. Luis Corvalán foi transferido de Santiago para o presidio gelado da ilha Dawson. Mas como dispunha ali de um mínimo de liberdade de movimentos — denunciou o fascismo chileno em entrevista histórica ao jornalista brasileiro Alberto Prado — a Junta considerou mais seguro mantê-lo sob apertada vigilância em Ritoque. Agora, a escalada prossegue com a transferência para Los Alamos.

É preciso salvar a vida do camarada Luis Corvalán! É preciso apoiar todas as iniciativas tendentes a obter a sua libertação. É preciso que em Portugal, no próximo dia 27, se realizem em todo o País sessões unitárias nas quais seja exigida a libertação do camarada Luis Corvalán, herói do povo chileno!

Repressão, rotina na Espanha franquista

Nos parâmetros do formalismo oficial, vive-se, neste momento, em Espanha, um clima aparentemente contraditório. O primeiro-ministro Arias Navarro, que em Fevereiro de 1974, em discurso profundamente demagógico, tentou criar a ilusão de uma autoliberalização do regime fascista, pronuncia-se, agora, publicamente, por moldes de governo bem pouco liberalizantes. Simultaneamente, decorrido bem mais de um ano de promessas ocas, são aprovadas pelo Conselho Nacional do «Movimento» (o partido de Franco — de facto, o único reconhecido e actuante a nível oficial), cinco associações políticas, todas elas vinculadas de direita, como é evidente, com ligeiras cambiantes entre si, difíceis de detectar, oscilando entre propostas de uma «evolução gradual e metódica das instituições espanholas», o «fortalecimento da monarquia», o «reagrupamento de todas as forças conservadoras ligadas ao regime», e mesmo a promoção do respeito pela «liberdade e pela dignidade do homem». A simples simultaneidade destes factos — enquanto o promotor do «liberalismo» parece recuar nas suas propostas, são reconhecidas pela primeira vez, associações políticas (facto que se inseria nas tão decantadas propostas de «liberalização») — atesta do verdadeiro significado de tais medidas, que o tempo, aliás, se tem encarregado de desmistificar.

No campo das relações internacionais, a Espanha franquista desenvolve relações amistosas com a França, assina acordos de cooperação, e prepara-se para entrar no Mercado Comum Europeu, a expensas de uma «democratização» que todos sabem inexistente. Por outro lado, reforça as suas relações com os comparsas do Chile, concedendo um crédito oficial imediato de 10 milhões de dólares, para além de outros acordos em elaboração.

Para além das débeis pinturas de fachada com que se pretende encobrir a realidade constante na Espanha, o regime fascista espanhol mantém a escalada repressiva com que pretende, inutilmente, abafar o desejo de liberdade e de uma vida melhor do povo espanhol.

Foram presos doze professores da Universidade

de Valência. Manifestações em Lérida, Granolleres, Arenys de Mar, Mataró e Sevilha sofreram as normais investidas da Polícia. Organizações terroristas da direita, acobertadas e gozando da cumplicidade policial, continuam a lançar bombas sobre as casas de democratas bascos, atrevido-se mesmo a levar a sua criminosa actividade a território francês. Entretanto, decorridos mais de três anos sobre a greve geral desencadeada em Março de 1972, na cidade de El Ferrol, por solidariedade com os trabalhadores da empresa Nacional Bazan, vai começar o julgamento de 23 grevistas daquela empresa. Estão pedidos 103 anos de prisão. Por terem aderido a uma greve de protesto contra as condições do novo contrato colectivo de trabalho, acabam de ser despedidos 1580 médicos. Esta, a verdadeira face da realidade política em Espanha.

Haiti: o anticomunismo arma da miséria e do atraso

Em 1969, o regime terrorista de Jean Claude Duvalier — filho do ditador François Duvalier — fez publicar uma lei que passaria a justificar e dar cobertura legal à prática de todos os crimes contra os mais consequentes defensores do oprimido e explorado povo do Haiti, uma lei que admitia mesmo a pena de morte para os militantes comunistas — a lei de 28 de Abril.

«Considerando a radical incompatibilidade das doutrinas de importação, nomeadamente o marxismo-leninismo com a ordem social, política e económica do Haiti que só pode encontrar os seus próprios factores de progresso na sua etnia e na sua cultura;

«Considerando que a República do Haiti, pela sua posição geográfica e pelas suas necessidades económicas, e sociais, deve contribuir eficaz e efectivamente para a preservação da ordem pública internacional e pan-americana;

«Considerando que a solidariedade pan-americana é o elo indispensável de coesão continental e que toda a doutrina alheia, narcótica, que tenda a introduzir-se no nosso hemisfério, constitui um elemento de desagregação do ideal tradicional de liberdade tão caro ao povo haitiano;

«Considerando os perigos que as doutrinas comunistas em geral representam para a ordem social haitiana, tal como está constituída e consagrada pelas leis em vigor;

«Considerando os meios violentos, anárquicos e terroristas preconizados por tais doutrinas para alcançar os seus fins (...)

«Considerando que estes actos criminosos têm como objectivo essencial pôr em causa os ideais democráticos e constitucionais preconizados pelo Governo da República e todo o povo haitiano» — esta uma parte do preâmbulo dessa peça ímpar do cinismo que passou a legitimar o desencadear do mais cruel terrorismo contra as forças verdadeiramente progressistas, contra os militantes comunistas.

O Haiti é um país integralmente vendido aos interesses do grande capital norte-americano. Um país que se destaca pelo estado de aflitiva miséria em que vive o seu povo, neste momento ainda mais agravado por uma longa seca que acarreta o risco de morte para dezenas de milhares de haitianos. O problema da miséria e da fome não é entretanto uma questão circunstancial. É algo de muito mais grave. Totalmente dependente do estrangeiro, o Haiti é arrastado na voragem do processo inflacionista da economia dos países capitalistas, em particular do imperialismo americano. Produzindo quase exclusivamente para satisfazer as necessidades do mercado norte-americano, o Haiti importa tudo, nomeadamente os produtos destinados a satisfazer as mais elementares necessidades alimentares do seu povo. A renda «per capita» é das mais baixas do Mundo — cerca de 1500 escudos por ano. A média de vida oscila pelos 47 anos. Em cada mil crianças, 147 morrem antes do ano de idade.

O capital estrangeiro goza de privilégios de verdadeiro senhor. As 1400 oficinas instaladas na capital, Port-au-Prince, nos últimos 4 anos, limitam-se a proceder ao acabamento de peças destinadas a ser vendidas nos EUA. Os centros turísticos são controlados pelo capital financeiro internacional, principalmente o capital americano, canadiano e francês. A exportação de lucros é livre.

No contexto da realidade social e política do Haiti, a lei de 28 de Abril é um exemplo concludente do mais acabado cinismo na manipulação de conceitos particularmente caros a todos os povos, a todas as forças progressistas — liberdade, democracia, independência nacional. Um exemplo da total distorção a que podem ser sujeitos, no interesse de forças opostas à vontade dos povos.



VISITE
O STAND DO

Avante!

na
FEIRA POPULAR
de Lisboa

● O Presidente da Federação Sindical Mundial (FSM), Enrique Pastorino, declarou no Congresso da Confederação Geral do Trabalho de França (CGT): «Os trabalhadores e o povo de Portugal encontram-se na luta pela defesa e o aprofundamento das mudanças revolucionárias. Nós devemos condenar as manobras e a campanha de difamação da reacção, que quer combater as conquistas do povo português».

● O Partido Comunista da Índia expressou recentemente, num documento, a sua profunda solidariedade com o nosso Partido. No seu documento, o Secretariado do Partido Comunista da Índia lamenta as atitudes do PS e condena os grupos pseudo-esquerdistas, manifestando simultaneamente o seu apoio por todas as forças que em Portugal lutam consequentemente pelo avanço do processo revolucionário.

● A Junta Autónoma de Estradas vai lançar, até Dezembro, obras no valor aproximado de um milhão de contos. Com as referidas obras serão estabelecidos cerca de três mil postos de trabalho, o que contribuirá para o atenuamento do desemprego no sector da construção civil.

● Será criado nos Açores um Secretariado da Banca, destinado a apoiar o desenvolvimento económico do arquipélago.

● Foi anunciada a exportação, para a Nigéria, de 240 000 toneladas de cimento.

● O camarada Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, declarou à Imprensa, em Bissau, que a sua recente viagem ao nosso país constitui o «enterro do passado, é uma cobertura para novas relações fraternas com o Governo Português, democrático e anticolonialista». Aristides Pereira considerou ainda o acordo de cooperação e amizade entre os dois países, assinado em Lisboa, como «uma vitória para o povo português, na luta pelo progresso e felicidade dos dois povos».

● O jornal «Times of Zambia», de Lusaca, denuncia a campanha da reacção internacional contra o nosso país, protestando contra qualquer interferência nos assuntos internos de Portugal.

● Por abandono de explorações e subaproveitamento, o Estado decidiu intervir em mais duas herdades alentejanas — a Condado da Torre, em Vale de Açor, e a Forminho, da freguesia de Santiago.

● A delegação de Ferreira do Alentejo do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja denunciou, num comunicado, tentativas de manobras contra-revolucionárias de latifundiários, que se concretizam, nomeadamente, com a fuga ao cumprimento das convenções de trabalho e a calúnia contra os delegados sindicais.

● A secção do Sindicato dos Metalúrgicos da Suécia, da empresa Jungner Instrument decidiu, em assembleia, atribuir à Intersindical Nacional a quantia de 500 coroas como contributo para a edificação e defesa de uma Central Sindical forte e unitária.

● Foi inaugurada, oficialmente, em Berlim, a Associação República Democrática Alemã-Portugal.

● O presidente da FLEC, persistindo nos seus vãos esforços para separar Cabinda do território angolano, decidiu, agora, dirigir-se aos chefes de Estado da OUA, «denunciando», o «conluio luso-angolano» para «apropriação das riquezas de Cabinda, em detrimento do seu único proprietário legítimo, o povo do território». Desconhecíamos tão estranha identidade entre «o povo do território» e a Gulf Oil...

● Os discursos do camarada Álvaro Cunhal foram recentemente publicados na Polónia. Tal facto não pode deixar de revelar o profundo interesse do mundo socialista pela Revolução Portuguesa, e, em particular, pela análise e actuação do nosso Partido.

● Os 1200 participantes numa noite internacional realizada em Chicago, no quadro do XXI Congresso do Partido Comunista dos Estados Unidos, aplaudiram, calorosamente, a mensagem enviada pelo nosso Partido. Ficou bem patente a solidariedade dos camaradas norte-americanos com os povos do Chile, África do Sul, Vietnam e Portugal.

● A delegada portuguesa à Conferência Internacional da Mulher, que está actualmente a decorrer na Cidade do México, saudou, durante a sua intervenção, as mulheres de Angola, Guiné e Moçambique, «desejando-lhes todos os êxitos na construção dos seus Estados Jovens e Livres».

● Em entrevista concedida ao semanário francês «Le Nouvel Observateur», o ministro da Comunicação Social, Correia Jesuino, afirmou, referindo-se ao caso do jornal «República», em que considera existirem problemas políticos e de gestão: «Mas o Partido Comunista nada tem a ver com isso. Se o caso «República» é político, então isso é devido, sobretudo, à exploração que dele faz o Partido Socialista».

● No acto da fundação do Comité de Amizade RDA-Portugal, o capitão Moraes e Silva, afirmou: «Apenas uma forma de socialismo garante, de uma vez para sempre, a liquidação da exploração do homem pelo homem».

● Poderão ser expulsos das fileiras do Exército, segundo um decreto recentemente emanado do Conselho da Revolução, os militares cuja actuação e comportamento sejam contrários às tarefas que hoje incumbem às Forças Armadas.

● O conhecido fascista brasileiro Carlos Lacerda, num dos seus últimos artigos, tece significativos elogios ao general Kaulza de Arriaga, que aponta como um exemplo de «patriota» e «homem digno».

● O Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego vai atribuir um subsídio de 50 contos às bordadeiras da Madeira, para fazer face à situação de praticamente desemprego generalizado em que se encontram aquelas trabalhadoras, e reorganizar o sector, nomeadamente, através do fomento de cooperativas.

informação

A reforma nas escolas exige a adesão das massas estudantis

Um comunicado recentemente dimanado do MEIC esclarece os primeiros passos na concretização prática de duas medidas particularmente importantes: o alargamento da escolaridade obrigatória para 7 anos e a institucionalização do tronco único no ensino secundário — a concretizar desde já no 1.º ano, no próximo ano lectivo.

O campo do ensino tem-se destacado pela paralisação e alheamento ao curso do processo revolucionário. Passos de gigante foram dados no campo político e económico. Particularmente em momentos de crise, quando, face ao perigo do desabar das liberdades, a determinação revolucionária das massas se manifesta de uma forma mais vinculada. Na dinâmica da revolução portuguesa, o ensino ficou como um peso morto em deterioração, um escolho só lembrado por ser fonte permanente de problemas, nota dissonante na grandiosa construção da liberdade e da democracia em Portugal.

O alargamento do período de escolaridade obrigatória e, particularmente, o encetar da reestruturação unitária do ensino secundário constituem alguns dos primeiros passos na necessária ligação do ensino ao processo revolucionário, na liquidação imprescindível da anacrónica realidade que continuava a vigorar neste sector.

O limitado período de escolaridade obrigatória anteriormente consignado por lei (e como todos o sabe-



REFORMA DO ENSINO

mos, nunca cumprido), a divisão do secundário entre liceus e técnicas eram fruto do fascismo, serviam objectivamente os seus interesses. O regime capitalista, para o qual a escola deve servir basicamente para perpetuar a sua ideologia de classe e «conceder» às massas trabalhadoras uma instrução rigorosamente limitada às necessidades profissionais, não poderia, logicamente, estar interessado na divulgação da cultura. No caso do regime fascista português, havia ainda a considerar aspectos específicos. Era um governo que, dado o seu carácter abertamente terrorista, defendia o obscurantismo cultural. A dependência económica do capital internacional, interessado em explorar o baixo preço da nossa mão-de-obra, dava origem a uma produção económica baseada na baixa tecnologia, que mais não necessitava que uma incipiente ou quase inexistente formação profissional.

Etas algumas das raízes fascistas ainda implantadas no nosso ensino, que as recentes medidas ajudam a extirpar.

É preciso, entretanto, não esquecer, na urgentíssima revolução no ensino, um aspecto fundamental. Tal como a revolução, em termos globais, não é possível sem a vontade, sem a activa participação das massas populares, também nas escolas não será possível dar qualquer passo seguro sem a convicção adesão das massas estudantis, carentes de uma real inserção no processo geral vivido pelo nosso povo, carentes de novo sangue, dos filhos dos trabalhadores, até hoje afastados do ensino e da cultura.

A reacção ataca os trabalhadores dos transportes

Nalgumas gares de comboios, nos cais de embarque dos barcos que diariamente atravessam o Tejo, grupos de desordeiros com fácil paleio muito «revolucionário» gritam apelos aos utentes — a massa de trabalhadores que com regularidade se serve destes meios de transporte — para recusarem a apresentação de passes e bilhetes, em protesto orquestrado contra os aumentos precinizados das tarifas. Os gritos vão de permoio com as calúnias ao Governo e à actual ordem democrática, com os insultos ao ministro dos Transportes e Comunicações. Face à ineficácia dos apelos inflamados, os grupos passaram à acção directa. Em atitude francamente provocatória impedem, em alguns locais, pela força, a compra de bilhetes e o levantamento de passes.

Nessas mesmas gares em que grupelhos ao serviço da reacção tentam incitar a população contra os seus próprios interesses e os que conscientemente os defendem, pode-se ler, afixada em todas as paredes e «guichets», a expressiva afirmação: «A luta dos ferroviários é justa. Colabora com ela pagando o teu bilhete». Afirmação que expressa a profunda dissonância entre os reais interesses, correctamente compreendidos, dos trabalhadores, e a de grupos que se arrogam o direito de ser a sua voz, e até a sua consciência de classe. Esta dissonância envolve, entretanto, algo de muito mais profundo que o barulhento vozeio de tais grupos.

As acções provocatórias que se estão a verificar em gares e cais de embarque não são um caso isolado. Acompanham, naturalmente, todas as escaladas da reacção,

mesmo quando tais escaladas não se chegam a materializar em sérias tentativas de golpe para pôr cobro às liberdades conquistadas. Se ligarmos tais actos provocatórios a certas paralisações e greves, que podem pôr em causa a actual situação democrática, nomeadamente a greve de certos sectores dos TLP; se os ligarmos a factos significativos, tais como a manifestação reaccionária para que foram arrastados, no Porto, trabalhadores da Moflex, ou às declarações proferidas por elementos responsáveis da CIP — que equivalem a um ultimato velado de capitalistas portugueses —, teremos um quadro que aponta, de uma forma muito nítida, para uma actuação da reacção localizada preferencialmente no sensível e vital campo económico, em particular no sector nacionalizado, visando virar as massas populares contra o Governo, as forças progressistas e o próprio MFA.

A determinação dos alvos preferenciais dos ataques da reacção torna ainda mais urgente e imperativo o levantar da economia nacional, a batalha de esclarecimento necessária para que a vontade popular coincida com os reais interesses do nosso povo. Sem o que nenhuma revolução é possível.

O aproveitamento provocatório que está a ser feito do aumento das tarifas nos comboios e nos barcos que fazem a travessia do Tejo dá ainda maior relevância a duas questões particularmente importantes. É por de mais evidente que uma empresa nacionalizada por um Estado que tem provado à saciedade, desde o 11 de Março, se opor, frontalmente, ao poder dos monopólios, deixa necessariamente de se reger pelo móbil do lucro. A CP deixou de ser um serviço explorado para benefício de alguns, para passar a ser um serviço destinado, de facto, a responder a uma necessidade dos trabalhadores e da economia nacional. Essa completa reestruturação dos serviços e a necessidade de ter em conta os legítimos interesses dos ferroviários é que determinaram o recente aumento das tarifas. Não se trata mais da exploração de trabalhadores e utentes por meia dúzia de monopolistas. Os grupelhos que promovem distúrbios e provocações sabem-no bem; ou deveriam pelo menos sabê-lo (bastando para tal ter uma ínfima parcela dessa onisciência política de que frequentemente se afirmam detentores). Ao tentarem criar descontentamento popular contra uma medida necessária para a reestruturação de um serviço particularmente importante, ao tentarem pôr em confronto massas populares e um Governo que defende uma ordem democrática, estes provocadores colaboram e alinham nos sombrios desígnios da reacção, participam num dos maiores crimes contra a Revolução que se pode praticar neste momento em Portugal — a sabotagem económica.

Um outro facto ressalta do aproveitamento provocatório do aumento de tarifas. A necessidade imperiosa de consciencialização colectiva do que é uma revolução, de quais são os caminhos que é necessário trilhar para alcançar os objectivos justamente preconizados e defendidos pelas massas populares. Uma revolução é a tarefa gigantesca de destruição de um mundo velho e caduco e de construção de uma nova sociedade, conforme os interesses das massas trabalhadoras. Não é tarefa de diletantes, mas de gente profundamente empenhada e consciente, gente que sabe que tempo e trabalho são a base exclusiva de criação de tudo quanto sai das mãos do homem. Uma revolução exige, portanto, trabalho. E exige sacrifícios. E se a situação internacional actual facilita e propicia um mais rápido avanço dos processos revolucionários, isso não significa de modo algum que tudo decorra sem esforço, que o acto pelo qual se esmaga a cabeça da hidra que sugava um povo possa, simultaneamente, trazer-lhe todas as benesses a que, sem dúvida, tem direito, mas que terá de conquistar pelo seu trabalho, por um esforço redobrado. Os pescadores de águas turvas sabem bem que os povos (e o nosso, como bem tem demonstrado, não é excepção), quando têm consciência de que a luta que travam é em seu benefício exclusivo, nela se empenham a fundo, afastando e isolando toda a casta de provocadores. Por isso, a reacção se esforça por lançar a confusão, por fazer paralelos anacrónicos entre regimes democráticos e governos que defendem os interesses do capital. A necessária batalha de esclarecimento tem de passar também pela repressão aos apoios com que a reacção conta, tenham eles a linguagem de direita, ou digam falar em nome dos trabalhadores. A roupagem pouco interessa. Importa, sim, o objectivo a atingir.

A descolonização em Timor

Para discussão e possível acordo sobre o futuro de Timor, realizaram-se em Macau conversações entre uma delegação portuguesa chefiada pelo embaixador major Vítor Alves, e que incluía o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, e os dois partidos políticos de Timor presentes, a Apodeti e a UDT (União Democrática de Timor). A Frente Revolucionária para a Independência de Timor Ocidental (FRETILIN), recusou participar nas conversações, pelo facto da Apodeti — que defende a integração de Timor na Indonésia — estar presente nas reuniões efectuadas. As sessões de trabalho foram efectuadas em separado com cada um dos partidos presentes.

Dada a ausência da FRETILIN, as discussões realizaram-se a partir de um estudo elaborado anteriormente e apresentado aos três partidos. Uma lei que definirá o calendário para a descolonização será elaborada pelo Conselho da Revolução e o Governo. Essa lei constitucional, a promulgar em breve, e em que são tomados em consideração os resultados das conversações realizadas em Macau, determinará a independência de Timor para Outubro de 1978. Uma Assembleia Popular, que terá como tarefa legislativa a elaboração da Constituição do futuro país, será eleita no próximo ano, e entrará em funções em Outubro de 1976. A lei em perspectiva prevê, explicitamente, que serão contrariadas quaisquer tentativas ou ambições neocolonialistas.

Advertência de Agostinho Neto

O camarada Agostinho Neto, presidente do MPLA — único movimento de libertação angolano convidado pela FRELIMO a assistir às festas da independência da República Popular de Moçambique —, fez importantes declarações em Lourenço Marques, antes de regressar a Luanda. Apresentado aos jornalistas pelo presidente Samora Machel, que o qualificou de «grande amigo e companheiro», Agostinho Neto analisou a situação política em Angola, salientando que as estruturas da PIDE não foram destruídas no seu país, e que agentes do tempo de Caetano continuam em actividade e abordou vários problemas relacionados com a aplicação dos acordos do Alvor.

«Julga-se que as rivalidades entre os três movimentos de libertação — disse — é que provocam as confrontações militares; mas desconhece-se que, em Angola, se processa uma luta muito séria e de conteúdo muito profundo, que é a luta daqueles que querem a independência completa do país contra a reacção e o neocolonialismo e aqueles que defendem o neocolonialismo».

«Apesar dos acordos de Nakuru — prosseguiu — é normal que a reacção continue a destruir a luta de libertação nacional. Nós temos, portanto, de nos precaver, de manter as boas relações entre os três movimentos, temos de procurar harmonizar a nossa acção e de impedir que a reacção, interna e externa, destrua o MPLA.»

Falam de Portugal ou da Lua?

A imprensa reaccionária francesa intensificou a sua campanha contra a Revolução Portuguesa. Segundo jornalistas progressistas de Paris, há muitos anos que os grandes diários e revistas da burguesia francesa não se empenhavam tão a fundo na sistemática deturpação de factos ocorridos num pequeno país. Mentem, insultam, intrigam, inventam. Tudo lhes serve para dar de Portugal a imagem de um país em desordem, arruinado, caótico.

O enviado especial de «Le Figaro» — o grande diário de burguesia —, sr. Jean Rey, autor de numerosas provocações, publica declarações de pessoas cujos nomes não cita, transforma em drama nacional os incidentes da Rádio Renascença, elogia o «Expresso» e a «República» e conclui o seu artigo afirmando que um «membro importante do Partido Socialista» informara que na última semana se verificara em Lisboa «um golpe de Estado secreto». Na opinião do sr. Rey, «a Igreja Católica e o Partido Socialista são as duas grandes vozes capazes de mobilizar e tocar fundo a maioria das consciências». O título do artigo é esclarecedor das intenções e da honestidade profissional desse jornalista: «Confusão total em Lisboa — Divórcio entre os diferentes movimentos do Exército sobre a política a seguir».

«O problema religioso» preocupa tanto o sr. Jean Rey, que decidiu entrevistar sobre o assunto o secretário-geral do PS. O caso da Rádio Renascença é desmesuradamente ampliado. O dr. Mário Soares refere-se à Igreja como a uma instituição perseguida. «Acho muito grave — diz — que se possa estabelecer em Portugal um conflito entre a Igreja e o Estado.» O sr. Rey coloca a questão em título: «A Revolução ameaçada pelo conflito Igreja-Estado». Assim se faz a história, no «Figaro», com a colaboração do secretário-geral do PS.

Quando o repórter quis saber o que pensava da criação de «um grande movimento popular único», o dr. Mário Soares respondeu textualmente: «A aliança Povo-Movimento das Forças Armadas em ligação directa, através de um único movimento popular político, conduz ao partido único que existe em vários países do Leste.» A linguagem é tortuosa, mas deixa transparecer com clareza a aversão do dr. Mário Soares ao movimento popular de massas e às estruturas orgânicas criadas pelo próprio povo. A maior parte da entrevista é dedicada à apologia do eleitoralismo e a críticas sibilinas ao nosso Partido, definido pelo secretário-geral do PS como «um pequeno partido» que «recusa a democracia política» por ser pequeno...

O sr. Jean Jolly — outro brilhante especialista em assuntos portugueses — dedica-se em «L'Aurore» a análises políticas no estilo especulativo do «Expresso». Publica as versões mais fantásticas sobre os últimos desdobramentos do caso «República», injúria o COPCON e o nosso Partido e, no final, mais objectivo, alude a uma aliança «Igreja-socialistas, à qual se juntaram ontem os social-democratas».

O tom do «France Soir» — diário que cultiva o sensacionalismo — é diferente. O seu enviado especial, Le Quang, prefere glorificar os grupelhos pseudo-revolucionários.



Transforma-os em organizações heróicas, profundamente populares. Eis uma amostra: «A revolução ou a morte. Essa poderia ser, com efeito, a sua divisa. Mas a revolução ou a morte não é para eles uma alternativa. Dez ou quinze anos de clandestinidade, sob o antigo regime, o pão duro das privações, por vezes a palha das masmorras, levaram-nos a compreender, com efeito, que a revolução e a morte se completavam muitas vezes.»

Segue-se o elogio entusiástico de um grupo que o redactor do «France Soir» compara ao Mir chileno e aos Tupamaros uruguaios, afirmando que os seus militantes estão «perfeitamente treinados no manejo de armas e dispostos a servir-se delas».

É dessa forma que a imprensa burguesa da França, com lamúrias reaccionárias ou homenagens a grupelhos ultra-esquerdistas, manifesta o seu interesse pelo nosso país, deturpando conscientemente a imagem da Revolução Portuguesa. É a objectividade da Imprensa «independente» das democracias ocidentais, tão admirada pela equipa da «República» e pelos dirigentes dos partidos eleitoralistas que constituem a maioria reaccionária da Assembleia Constituinte.